

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

SATISFAÇÃO EM CUSTODIADOS NO PROCESSO DE
INCLUSÃO EDUCACIONAL EM PRESÍDIO NO INTERIOR
DE MINAS GERAIS

ALINE PAULA E SILVA

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**SATISFAÇÃO DOS CUSTODIADOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO
EDUCACIONAL EM PRESÍDIO NO INTERIOR DE MINAS GERAIS**

ALINE PAULA E SILVA

Sob orientação da Prof^a Dr^a
Sílvia Maria Melo Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação** no Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Novembro de 2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

ALINE PAULA E SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM:

Sílvia Maria Melo Gonçalves, Dra. UFRRJ

Allan Rocha Damasceno, Dr. UFRRJ

Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino, Dra. UV

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586s SILVA, ALINE PAULA E , 1980-
SATISFAÇÃO EM CUSTODIADOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO
EDUCACIONAL EM PRESÍDIO NO INTERIOR DE MINAS GERAIS /
ALINE PAULA E SILVA. - Seropédica, 2021.
61 f.: il.

Orientadora: Sílvia Maria Melo Gonçalves.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, 2021.

1. Bem-estar. 2. Psicologia Positiva. 3. Educação.
4. Prisão. I. Gonçalves, Sílvia Maria Melo , 1950-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO III.
Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

“Um pouco de ciência nos afasta
de Deus, muita nos aproxima Dele.”

Louis Pasteur

AGRADECIMENTOS

À minha família todinha, aos meus pais pela parceria constante e irmãos por serem quem são e com isso me ensinam muito; em especial à mamãe Raimunda que sempre nos incentiva a ir além. A minha irmã Deise que sabedora dos meus sonhos me impulsiona; acreditando e apoiando minhas escolhas ao longo da jornada que é a vida.

As minhas amigas, que sempre me ouviram ou me fizeram rir de qualquer coisa. Isso é tesouro.

Aos meus superiores profissionais, colegas da SECRETARIA ESTADUAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – SEJUSP que me permitiram o tempo de dedicação a essa pesquisa. Aos diretores da Unidade Prisional de Guanhães: Daniel Rafa Camargo Sales e Flávio Dias Leal, obrigada pela leitura humana que fazem do trabalho junto aos apenados. As colegas/amigas que ouviram, leram e opinaram nessa construção: Léia e Karine, vocês compartilham uma sapiência de poucos. À toda equipe de policiais penais envolvida neste trabalho.

Aos custodiados do Presídio de Guanhães que me ensinaram a ver sempre o ser humano, não seu erro.

As professoras do início, cujas marcas carrego em meu coração, sopro por aqui um muito obrigada cheio de amor e represento todas elas pelo nome de uma: Ana Helena, você sempre foi e será minha inspiração.

Aos estimados professores do Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola – PPGEA, pelos direcionamentos e pelo que excede à ciência; o amor em ensinar.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo interesse em colaborar com àqueles que se dedicam à educação.

À dádiva que recebi como orientadora: Prof^a Dr^a Sílvia Maria Melo Gonçalves, cuja paciência deve ter sido testada em seus limites e no entanto não desistiu. Muito além da dissertação, aprendi uma direção diferente para minha atuação profissional.

Ao meu filho Davi, que mais sentiu a ausência e horas de concentração nos estudos, muitas vezes sentado no lado oposto do computador, se preocupando em entender a importância do gesto de se multiplicar todo conhecimento.

Ao meu companheiro de vida Gui. Sempre me provocando a pergunta. Atiçando minha curiosidade e dividindo tudo que aprende.

Namastê.

RESUMO

SILVA, Aline Paula. **Satisfação dos custodiados no processo de inclusão educacional em presídio no interior de Minas Gerais.** 2021. 61. fDissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

Esta dissertação traz como objetivo a investigação acerca da satisfação em pessoas privadas de liberdade por participarem do Exame Nacional para Certificação de Competências para Jovens e Adultos - ENCCEJA. A pesquisa adota como campo de estudo a Unidade Prisional de Guanhães, localizada no interior do estado de Minas Gerais. A Psicologia Positiva traz uma nova concepção, olhando por um novo ângulo, buscando compreender o funcionamento positivo da personalidade ao invés do negativo, do adoecimento. Busca compreender o bem-estar subjetivo da pessoa. A presente pesquisa se volta à satisfação de vida que a pessoa privada de liberdade traz ao testar seus conhecimentos educacionais através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, sendo este um exame destinado às pessoas que não puderam concluir seus estudos em idade escolar, podendo, caso sejam aprovadas, receberem a certificação de ensino fundamental ou médio. Trata-se de uma avaliação realizada pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em duas modalidades, sendo o presente instrumento voltado ao estudo do exame que é direcionado à pessoa privada de liberdade, denominado Encceja PPL. A metodologia de pesquisa será qualitativa e exploratória, pois permeia características a serem correspondidas às necessidades deste estudo, porque envolverá a compreensão de um grupo social; as percepções do sujeito e os mecanismos pelos quais elas agem e descrevem os fatos, respondendo a questões com particularidades. A Análise de dados será por meio de técnicas de análise de conteúdo com fundamento em Bardin. Os participantes serão os custodiados que cumprem pena na Unidade Prisional de Guanhães, cujos perfis educacionais possibilitem a participação ao ENCCEJA, dos regimes fechado e semiaberto, com idade de 20 a 70 anos, e que tenham previamente manifestado desejo de concluir os estudos e será adotada para a pesquisa a aplicação de um questionário aberto sobre a satisfação dos custodiados por tal experiência. Apesar de ser a prisão um local onde se pretende ressocializar o indivíduo, ainda que o afastando temporariamente do convívio social e considerando o ambiente, suas privações quais são as reais possibilidades de satisfação de vida vivenciadas por essas pessoas, perante a experiência de serem testados seus conhecimentos.

Palavras – Chave: Bem-estar, Psicologia Positiva, Educação, Prisão.

ABSTRACT

SILVA, Aline Paula. **Satisfaction of those in custody in the educational inclusion process in a prison in the interior of Minas Gerais.** 2021. 61p. Dissertation (Masters in Agricultural Education) - Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

The objective of this study is to investigate the satisfaction of persons deprived of their liberty for participating in the National Exam for the Certification of Skills for Young People and Adults - ENCCEJA. The study adopts as a field of study the Prison Unit of Guanhães, located in the state of Minas Gerais. Positive Psychology brings a new conception, looking at a new angle, seeking to understand the positive functioning of the personality rather than the negative, the illness. It seeks to understand the person's psychic well-being. The present research turns to the life satisfaction that the person deprived of freedom brings to test their educational knowledge through the National Exam for Certification of Skills of Young and Adults (Encceja), this being an examination intended for people who could not complete their studies of school age, and may, if approved, receive primary or secondary education certification. This is an evaluation carried out by the National Institute of Education and Educational Research Anísio Teixeira (Inep), in two modalities, the present instrument being focused on the study of the examination that is directed to the person deprived of freedom, called Encceja PPL. The research methodology will be qualitative and exploratory because it permeates characteristics to be matched to the needs of this study, because it will involve the understanding of a social group, the perceptions of the subject and the mechanisms by which they act and describe the facts, answering questions with particularities. Data analysis will be through content analysis techniques based on Bardin. The participants will be kept in custody at the Guanhães Prison, whose educational profiles will enable ENCCEJA to participate, will be from the closed and semi-open, aged 20 to 70 years, having previously expressed a desire to complete the studies, being adopted for the study the application of an open questionnaire about the satisfaction of the custodians for such experience. Although the prison is a place where we want to resocialize, even if we temporarily withdraw from social life and considering the environment, its privations are the real possibilities of life satisfaction experienced by these individuals, before the experience of testing their knowledge.

Keywords: Well – being, Positive psychology, Education, Prison.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Presos em Unidades prisionais no Brasil.	1
Figura 2 – População Prisional e Total Laborterapia.	8
Figura 3 – População Total em Laborterapia e com Remuneração Informada.	8
Figura 4 - Panorama da cidade de Guanhães.	12
Figura 5 – Total de presos na Unidade Prisional de Guanhães.	13
Figura 6 – População Prisional por Faixa Etária.	13
Figura 7 – População Prisional em Atividade Educacional.	16
Figura 8 – Nível de escolaridade da População Prisional.	17
Figura 9 – População Prisional Laboral.	18
Figura 10 -Vagas e estrutura educacional do sistema prisional mineiro em 2014.	18
Figura 10 – Estabelecimentos Penais	21
Figura 11 – Estabelecimentos Penais com oferta de educação.	21
Figura 12 – Vagas e estrutura educacional do sistema prisional mineiro em 2014	22
Figura 13 – Perfil Educacional dos Custodiados em Minas Gerais	23
Figura 12 - Custodiados durante aplicação da Prova ENCCEJA 2019.	25
Figura13 - Satisfação de vida e domínios de satisfação	30
Figura 14 . Relação entre satisfação e felicidade	31
Figura 19 - Idade dos participantes	36
Figura 20 - Autodeclaração dos participantes sobre sua etnia.	36
Figura 21 - estado civil dos participantes	37
Figura 22 – Distribuição das respostas “com quem residiam”	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Carcerária	10
Tabela 2 – Agentes Penitenciários.....	10
Tabela 3: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Porque você abandonou a escola?”	38
Tabela 4: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Você gostaria de não ter abandonado a escola? Por quê?”	40
Tabela 5: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Você está satisfeito em participar do ENCCEJA PPL? Por quê?”	41
Tabela 6: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Como você se sentia em participar do Projeto VENCEMOS JUNTOS?	43
Tabela 7: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Você está satisfeito com a oferta para educação durante o cumprimento da pena?.....	43
Tabela 8: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Existe alguma atividade na up que te deixe satisfeito?Qual ?.....	44
Tabela 9: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Como você se sente quando desempenha essa atividade ?	45
Tabela 10: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “No futuro o que representa ser aprovado no ENCCEJA PPL?	46
Tabela 11: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Você gostaria de acrescentar alguma coisa ?	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular;
CNCP	Conselho Nacional de Política Criminal e penitenciária;
CF	Constituição Federal;
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional;
EJA	Educação de Jovens e Adultos;
ENEM PPL	Exame Nacional do Ensino Médio a Pessoas Privadas de Liberdade e Jovens sob Medida Socioeducativa que inclua privação de liberdade;
ENCCEJA PPL	Exame Nacional de Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos Privados de Liberdade;
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFOPEN	Sistema Nacional Integrado de Informações Penitenciárias;
LEP	Lei de Execução Penal;
MEC	Ministério da Educação;
ONU	Organização das Nações Unidas;
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais;
PRGUA	Presídio de Guanhães;
SEAP	Secretaria de Estadual de administração Prisional;
SER	Superintendência Regional de Ensino;
SEJUSP	Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública;
UP	Unidade Prisional.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	5
2.1	Objetivo Geral	5
2.2	Objetivos Específicos	5
3	A PRISÃO	6
3.1	A Prisão Mineira.....	9
3.2	O Presídio de Guanhães.....	12
3.3	A Psicologia e a Prisão	14
4	O DIREITO À EDUCAÇÃO	16
4.1	O Contraditório Direito à Educação	20
4.2	ENCCEJA.....	24
5	A PSICOLOGIA POSITIVA E SATISFAÇÃO	26
5.1	À Luz da Psicologia Positiva.....	26
5.2	Satisfação.....	29
5.3	Projeto Vencemos Juntos	31
6	MÉTODO	33
6.1	Os Participantes	33
6.2	Instrumento.....	33
6.3	Procedimentos	33
6.4	Análise de dados.....	34
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
9	REFERÊNCIAS	50
10	ANEXOS	54
	Anexo A- Carta de Anuência	55
	Anexo B - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	56
	Anexo C – Questionário da Pesquisa	59

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui a terceira maior população prisional do mundo, com mais de 748 (setecentos e quarenta e oito) mil pessoas presas, de acordo com os dados do levantamento nacional de informações penitenciárias, através do sistema de informações penitenciárias - INFOPEN. A taxa de ocupação de vagas no sistema prisional brasileiro é de 197,4% (cento e noventa e sete, quatro por cento), o que revela haver um superávit de 358.663 mil excedentes. O que, conseqüentemente, gera uma superlotação das unidades prisionais. Soma-se a isso condições precárias de habitação carcerária, falta de estrutura, problemas de administração e um reduzido quadro de servidores.

Do total de 74800 (setecentos e quarenta e oito) mil pessoas presas nas unidades prisionais no Brasil, a maior parte se encontra no regime fechado, representando 48,47% (quarenta e oito, quarenta e sete por cento), sendo um total de 362.547 (trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e sete) pessoas. Uma parte está no semiaberto, representando 18% (dezoito por cento), boa parte encontra-se no regime provisório, total de 30% (trinta por cento), representando 222.558 (duzentos e vinte e dois mil, quinhentos e cinquenta e oito) pessoas. E ainda há presos por situações de tratamento ambulatorial e por medida de segurança, como pode ser observado na figura 1:

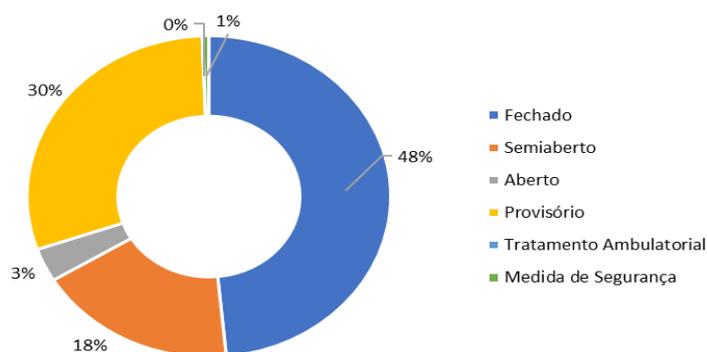


Figura 1 – Presos em Unidades prisionais no Brasil.

Fonte: Adaptado de DEPEN (2020).

Há uma ruptura em relação a efetivação da lei de execução penal – LEP, falhas e até mesmo inexistência de políticas públicas adequadas. Não existe efetividade da aplicação do direito, em relação à execução da lei penal.

Concentrando ao que tange à educação, atualmente, das mais de 720 (setecentas e vinte) mil pessoas privadas de liberdade pouco menos de 648 (seiscentos e quarenta e oito) mil obtiveram o Ensino Médio, o que representa a falta de acesso à educação básica. Destas, em junho de 2016, apenas 74.540 (setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta) participavam de alguma atividade de ensino formal oferecida pelo sistema prisional (INFOPEN, 2017).

Este trabalho visa investigar a satisfação que a pessoa privada de liberdade experimenta ao se submeter ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos Privados de Liberdade - ENCCEJA PPL, sendo este um exame gratuito e voluntário, servindo para conceder certificados de conclusão para o Ensino Fundamental e, bem como, certificados de conclusão para o Ensino Médio. Neste sentido, é importante ressaltar que este exame para pessoas privadas de liberdade pode representar uma reflexão da mudança que ocorrem nos custodiados envolvidos.

Em determinados momentos poderão ocorrer relatos de cunho pessoal da pesquisadora, sendo, porém, adotada a linguagem na terceira pessoa, já que a pesquisa não acontece sozinha, contendo outros envolvidos, que contribuirão durante o ciclo da pesquisa, que seria, “[...] um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações [...]” (MINAYO, 2001, p.26).

Tal problemática surgiu de questionamentos internos, vivenciados desde o ingresso da pesquisadora como Psicóloga numa Unidade Prisional, que ocorreu no final do ano de 2014, quando foi aprovada no concurso público para o provimento de vagas na Secretaria Estadual de Administração Prisional de Minas Gerais. Ser ouvinte de suas angústias, da percepção de seus abandonos, suas esperanças e mudanças ou não, é parte do trabalho psicológico e isso remeteu ao desejo de repensar todos os caminhos que pudessem contribuir com a diminuição da reincidência.

Cada sujeito que veio ao atendimento trazia consigo algo muito maior que o crime cometido, carregava saberes, sabores e desamores. Trouxeram histórias de abandono, de entrega ao vício e desamparo a algumas situações. Cabe mencionar que nessa trajetória vários acontecimentos foram marcantes e intrigantes, como: o dia em que a equipe, com a inserção de quatro custodiados, participou de um projeto, voluntário, voltado para a castração de cães de rua. Os custodiados foram selecionados para cuidar da limpeza e organização do espaço; no entanto, o que pudemos observar foi bem além disso. Os custodiados se envolveram e ajudaram a criar um ambiente de aconchego e cuidado para os animais que vivem a experiência de não ter moradia.

Ao observarmos as notícias, cada vez mais, os temas relacionados a violência e ao aumento da criminalidade se tornam comuns, como se fossem parte do cotidiano. Muitas vezes trazendo o fato de que o autor do crime é reincidente no erro. A inquietação é que sendo parte dos envolvidos na ressocialização, provoca estranheza a falta de estrutura; de iniciativa e de políticas verdadeiramente eficazes. É urgente que se promova a reinserção na sociedade e não em organizações criminosas.

O ingresso da pesquisadora neste trabalho foi precedido por um cargo de gestora municipal de educação, momento em que teve a grande oportunidade de pensar e agir sobre o tema. Até então o contato com a educação havia sido durante o curso de Magistério, no Ensino Médio. Momento que foi permitido um contato com políticas públicas de garantia à Educação.

Mas, ao iniciar o trabalho, que consistia em atendimentos clínicos para orientação e escuta das demandas trazidas pelos internos, os atendimentos de acolhida a quem chegava preso e avaliação para elaboração do que chamamos de PIR- Programa Individual de Ressocialização. Entretanto, em razão da falta de técnicos, foi recebida a proposta de ocupar a coordenação pedagógica da Unidade Prisional, cuja principal função de apenas responder pelos consolidados mensais, que, praticamente, era de relatar o fato de não termos salas de aula, tampouco pedagogo, que pudessem desenvolver as ações educacionais.

A opção, então, foi atuar, também, com essa função e para driblar a limitação passou-se a aderir aos exames nacionais. Cita-se: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos Privados de Liberdade - ENCCEJA PPL e Exame Nacional do Ensino Médio a Pessoas Privadas de Liberdade e Jovens sob Medida Socioeducativa que inclua privação de liberdade - ENEM PPL.

Embora com esse contexto desfavorável às ações educacionais dentro da unidade prisional, buscou-se aporte teórico e prático a fim de desenvolver coletivamente com os custodiados um melhor suporte, para que a prova não fosse simplesmente um protocolo e, em parceria com Superintendência Regional de Ensino – SRE de Guanhães, foram obtidas

doações de livros destinados à educação de jovens e adultos e assim, de forma, algumas vezes solitária e outras vezes solidárias, os custodiados começaram a se preparar para os exames.

Como forma de manter o incentivo, foram montados grupos para rodas de conversa e mesmo sem uma dinâmica temporal, sempre que possível os custodiados com perfil para a prova eram reunidos num espaço de acolhida e escuta. Sanando dúvidas sobre não ser possível remição por essa modalidade de estudo, uma vez que não há como comprovar o tempo dedicado e que não havia professores para orientar os estudos. Curioso que mesmo frente a essa realidade era possível observar que o desafio era aceito. O motor da educação acredita-se ser exatamente este: indivíduos movidos pela curiosidade de seus potenciais e mesmo sem a presença do professor formal, atreverem-se ao processo expansivo/contínuo em busca do esperado saber.

Foram ouvidos, durante as entrevistas psicológicas, fatores vivenciados que os levaram tomar decisões no que se refere à evasão escolar. Sendo que, na maioria das vezes, aconteceu precocemente, algumas justificadas pela atuação no trabalho rural; outras por difícil acesso à escola formal ou envolvimento precoce com uso de álcool e outras drogas. Reconhecendo na prova uma vivência diferente, embutida de sentimentos. Sendo este o gatilho que inspirou a pesquisa.

A assistência educacional é uma das prestações básicas mais importantes, não só para o homem livre, mas também ao indivíduo que se encontra privado de sua liberdade. Constituindo-se, neste aspecto, como um elemento vital para a reintegração do indivíduo no meio social. A educação é garantida para todas as pessoas, direcionada ao desenvolvimento da personalidade do ser humano e fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

A ideia deste trabalho visa expandir possíveis medidas a serem tomadas dentro dos estabelecimentos penais, para que possam oferecer aos indivíduos presos oportunidades de estudos, a fim de facilitar a sua convivência com as demais pessoas e fazer com que eles interajam com a sociedade.

Acima de tudo o estudo pretende provocar reflexões a respeito do bem-estar subjetivo no ambiente prisional, possibilitando ressignificar o olhar, por vezes impregnado nas patologias e nos sofrimentos emocionais, voltando-se para a compreensão dos elementos do bem-estar, conforme aponta a Psicologia Positiva, considerando principalmente, o start trazido através dos estudos desenvolvidos por Seligman (2011), sobre os componentes: emoção positiva, engajamento, sentido, relacionamentos positivos e realização.

Haverá o dia de retorno para a vida livre e é preciso pensar possibilidades para que o retorno seja positivo. Levantar possíveis medidas a serem tomadas dentro da unidade prisional, especialmente as situadas em cidade de pequeno porte, que ofereçam aos custodiados oportunidades de estudos, utilizando como ferramenta a experiência do ENCCEJA. Se possível observar a quebra de paradigmas; uma visão mais positiva sobre si mesmo. Uma vez que, submeter-se ao exame por si só, pode causar um impacto.

Por isso a presente pesquisa se propõe a avaliar, tanto quanto possível, a inserção da educação às pessoas presas, integrando-as ao sistema educacional do país, de modo que, após sua soltura, possam continuar sua educação, permitindo assim, uma maior probabilidade de reinserção social e uma maior possibilidade de reintegrarem-se ao mercado de trabalho.

A educação emancipa e para a pessoa privada de liberdade permite recriar, podendo até mesmo humanizar a pena. A pretensão deste trabalho é mostrar o potencial da educação, para que todos possam refletir dentre suas escolhas, uma oportunidade de ser diferente. Com o conhecimento você se torna protagonista, amplia a sua visão crítica sobre os fatos e sobre o mundo.

A pesquisa foi desenvolvida na unidade prisional da cidade de Guanhães, situada ao leste de Minas Gerais, entidade estadual gerida pela Secretaria Estadual de Justiça e Administração Prisional – SEJUSP, que será melhor apresentada no capítulo sobre a Prisão.

O propósito é que os resultados do presente estudo colaborem não apenas com a instituição pesquisada, mas que sirvam de conhecimento teórico ao desenvolvimento de ações educacionais e de bem estar psíquico em outras unidades prisionais.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Investigar a satisfação em pessoas privadas de liberdade na Unidade Prisional de Guanhães, no interior de Minas Gerais, por participarem do processo de inclusão educacional através do ENCCEJA PPL.

2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar o perfil socioeconômico dos participantes recolhidos na Unidade Prisional de Guanhães, em Minas Gerais;
- Investigar, através dos relatos dos participantes, o acesso à educação antes do conflito com a lei;
- Verificar como os participantes pensam seu futuro por terem participado do ENCCEJA.

3 A PRISÃO

Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E entretanto não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão. (FOUCAULT, 1999, p. 261)

Em meados do século XIX, a Inglaterra iniciou o sistema de progressão da pena, uma proposta de individualizar a sentença em conformidade com o crime cometido, dividindo em etapas. Inicialmente a pessoa presa ficava em total reclusão no encarceramento, a ideia central neste momento era proporcionar um período de reflexão sobre sua conduta, cujo ideal seria o arrependimento. Vivenciada essa etapa, iniciava-se a segunda parte: a reclusão parcial; a pessoa presa poderia trabalhar de forma compulsória de forma intramuros, retornando para sua cela ao final do dia. Na sequência teria o dito: “benefício” para laborar extramuros, mas retornando à instituição penal no final do dia. Cumpridas de formas satisfatórias, a justiça permitiria o retorno à vida fora do espaço penal, cumprindo condicionalidades, e por fim retornaria à sua liberdade (FOUCAULT, 1999).

No mesmo período no Brasil não havia nem ao menos a regulação específica sobre a prisão. O que somente iniciou-se no século XX, com a normatização específica sobre a prisão no Brasil, incluindo o regime de progressão de pena que começou a ser aplicado após a elaboração do Código Penal de 1940. Que já em seu artigo 33, ao remeter que: “A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto.” (BRASIL, 1940). Complementando essa determinação que o regime semiaberto deverá ser cumprido em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar e as penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, já visando oportunizar aos custodiados meios para que obtenha algum aprendizado que seja benéfico ao processo de recuperação (BRASIL, 1940).

A primeira fase do regime de progressão consiste em sua reclusão da sociedade, a punição disciplinar é, pelo menos por uma boa parte, compatível à própria obrigação. De modo que o efeito corretivo que dela se espera apenas de uma maneira acessória passa pela expiação e pelo arrependimento (FOUCAULT, 2010).

Dentre as propostas de progressão da pena reflete-se sobre o trabalho sendo definido, junto com o isolamento, como um agente da transformação carcerária (FOUCAULT, 2010). O trabalho não é nem uma adição nem um corretivo ao regime de detenção ainda que se trate de trabalhos forçados, da reclusão, do encarceramento, é concebido, pelo próprio legislador, como tendo que acompanhá-la necessariamente. Mas uma necessidade que justamente não é aquela de que falavam os reformadores do século XVIII, quando queriam fazer da prisão ou um exemplo para o público, ou uma reparação útil para a sociedade. No regime carcerário a ligação do trabalho e da punição é de outro tipo (FOUCAULT, 2010).

Pode se dizer que Foucault (2010) é o grande pensador responsável por efetivas provocações sobre o sistema penitenciário da época, afirmava que não eram necessários grades, telas, barras ou qualquer outro obstáculo físico nas celas quando fosse utilizado o Sistema Panóptico, (estrutura circular com uma sentinela ao centro para coibir qualquer ato ilícito por parte do apenado) uma vez que a visibilidade permanente já era uma forma de impor poder e medo aos condenados.

Para ele, não apenas a estrutura de uma instituição carcerária se tornaria eficiente com esse modelo, mas também qualquer outro tipo de estrutura organizacional, como fábricas, quartéis, hospitais e escolas.

Retornando ao Código Penal de 1940, embora já tenha passado por diversas atualizações desde a sua criação, adaptando-se às mudanças de comportamento da sociedade,

observadas pelo legislador frente ao ordenamento jurídico pátrio em vigência. Nele são, basicamente, três tipos de pena que podem ser impostas a pessoa em conflito com a lei: a pena privativa de liberdade, a pena restritiva de direitos e a aplicação da pena de multa (BRASIL, 1940).

A pena privativa de liberdade pode ser efetivamente cumprida em três regimes: regime fechado, semiaberto e regime aberto. Sendo como jus ao nome, aquela que priva, restringe a pessoa do seu direito de ir e vir livremente. Motivo que o recolhe a um estabelecimento prisional, pelo tempo especificado pelo juiz no seu julgamento (BRASIL, 1940).

O regime fechado é o mais severo, pois nele o indivíduo em cumprimento da pena não tem direito a nenhum benefício especial, como saídas temporárias, direito a trabalho externo, e outros que porventura possam ser apresentados a instituição como benefício, por exemplo frequentar aulas externas. De acordo com o código penal, começam a cumprir a pena no regime fechado aquelas pessoas que são condenadas cuja pena ou a soma das, sejam superiores a oito anos de prisão (BRASIL, 1940).

Para o regime semiaberto imposto para aqueles que são condenados pela prática de crimes comuns, cuja pena a qual foi sentenciado seja superior a quatro anos e inferior a oito anos, desde que não seja reincidente, que é a pessoa que já foi condenada anteriormente por outro delito (BRASIL, 1940). O custodiado em cumprimento de pena no regime semiaberto, dispõe de alguns benefícios, como saídas temporárias de até sete dias e podendo de acordo com seu perfil trabalhar fora da unidade prisional. Importante ressaltar que o custodiado que inicialmente cumpria sua pena em regime fechado, após determinado período poderá receber progressão.

Temos ainda o regime aberto, sendo considerado o mais leve dentre os três, geralmente atribuído aos custodiados cuja pena seja menor ou igual a quatro anos de prisão, desde que não haja reincidência (BRASIL, 1940). O custodiado cumprindo pena no regime aberto poderá trabalhar e estudar fora da unidade prisional. Da mesma forma o custodiado que inicialmente cumpria pena no regime semiaberto pode ser progredido ao regime aberto, após determinado tempo de cumprimento da pena

A reflexão sobre a utilidade da prisão deve ser trazida à tona. Para que serve? Toda a realidade aplicada apresenta a prisão como um enorme fracasso, pelo simples fato de que não funciona. Não há eficácia em cumprir o que se prometeu. A instituição prisional deveria ser um lugar promotor de transformação do apenado, corrigindo-o e reintegrando-o à vida em sociedade (FOUCAULT, 1999).

A prisão brasileira, de acordo com o código penal, prometia isolar e classificar os indivíduos, considerando a tipologia de seus crimes; modulando suas penas de acordo com o desenvolvimento de seu comportamento; sujeitos únicos, com planos individuais de ressocialização (BRASIL, 1940).

O trabalho sendo uma peça essencial na transformação e ressocialização progressiva, conforme se prevê na legislação, não é a realidade que se apresenta, onde uma parcela mínima exerce atividades de trabalho, conforme se pode observar na figura 2, que apresenta o percentual de presos com atividades laborais, no período de julho a dezembro de 2020 (INFOPEN, 2020):

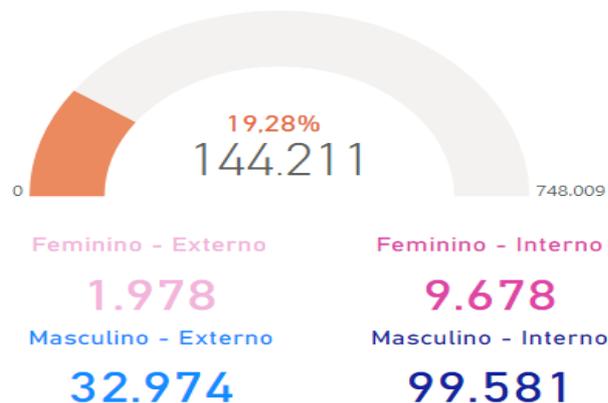


Figura 2 – População Prisional e Total Laborterapia.
Fonte: (INFOPEN, 2019)

Se pensarmos neste quantitativo e considerarmos quantos presos no Brasil são remunerados pelas atividades laborais, os números colaboram com a situação de pobreza. De acordo com os dados fornecidos pelo sistema INFOPEN, conforme figura 3, um percentual que se aproxima de 70% não recebe nenhum valor monetário pelo trabalho.

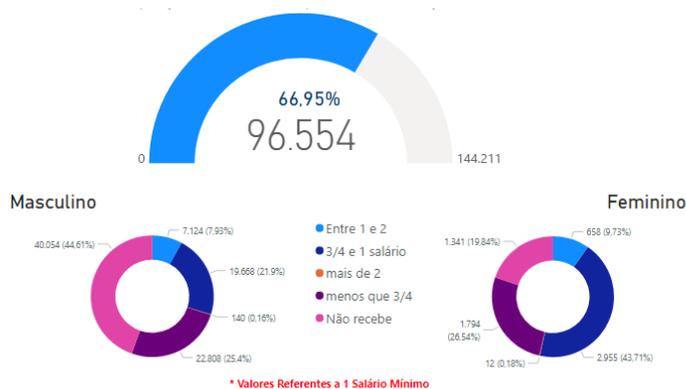


Figura 3 – População Total em Laborterapia e com Remuneração Informada.
Fonte: (INFOPEN, 2019)

A educação vem em seguida, como um princípio indispensável para o fortalecimento das ações ressocializadoras. No entanto, a temática será mais discutida no capítulo sobre a Educação nas prisões. Vale ressaltar ainda que encarceramento, de acordo com a normativa, deveria ser assistido por equipes técnicas, organizando e prestando ações para uma readaptação da pessoa presa, prestando-lhe suporte para um programa individual de ressocialização. Mas, não parece ser isso o que acontece. A prisão abriga, alimenta, fornece roupas e às vezes, como vimos no gráfico promove um trabalho sem remuneração, o que diante de algumas situações parece preferível a outras formas de vida. Entretanto cria uma corrente de miséria para a família do preso, colaborando ainda para que à prisão retornem repetidas vezes; reincidentes que, identificados pelo crime, só possuem esta opção.

Numa revisão histórica, teórica, a prisão é absurdamente atípica, não satisfaz nenhuma das propostas penais. Visualizando de forma prática e funcional, a prisão se apresenta, como algo disfuncional. Não há erradicação nem mesmo diminuição da criminalidade. Muito pelo contrário, há a reincidência. No entanto, “Há um século e meio que a prisão vem sempre sendo dada como seu próprio remédio.” (FOUCAULT, 1999, p.296)

A arqueologia de Foucault se torna limitada. Em razão disso a necessidade da Genealogia; a prisão não vem dos documentos dos Reformadores Juristas. A criação da prisão

não vem de códigos penais. A prisão se encontra alhures. Uma mistura que envolve a classe abastada, a ideia capitalista, a revolução francesa, revolução industrial inglesa e a igreja (FOUCAULT, 2010).

A prisão visa guardar os criminosos. O encarceramento possibilita a supervisão da conduta dos indivíduos. Contendo de certa forma seus comportamentos e vontade, permitindo punir a vida que foge da regra, da normalidade, a clausura permite o controle, muito além do crime, do ato infracional. Permite vigiar e punir. A prisão é uma estratégia de regulação social, de pensamentos (FOUCAULT, 2010).

Para que serve a prisão? A prisão vai muito além de uma construção arquitetônica, possui muros invisíveis! Um controle social. Do ponto de vista do Estado, pode-se dizer que é um plano eficaz, onde se exerce a disciplina, a vigilância contínua e a punição.

A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber. Compreende-se que a justiça tenha adotado tão facilmente uma prisão que não fora entretanto filha de seus pensamentos. Ela lhe era agradecida por isso. (FOUCAULT, 1999, p.284)

O livro *Vigiar e Punir* traz a prisão, como uma instituição completa e severa, com o intuito de produzir corpos politicamente dóceis e economicamente produtivos. A prisão serve como um treinamento potente capaz de impor uma mudança ao sujeito pervertido, de difícil controle (FOUCAULT, 1999).

3.1 A Prisão Mineira

Aquino e Azevedo (2018), ao apresentarem a história da prisão mineira, com a fração de tempo entre 1835-1889, apresentaram na investigação da história carcerária nos tempos da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Sendo que o período escolhido se refere à instalação do instituto no país. Tomando-se, portanto, como limites de estudo, os seguintes marcos: o cárcere no tempo de atuação da Assembleia Legislativa Provincial que vigorou de 1835 a 1889 na Província de Minas Gerais.

Havia, à época, a necessidade de se modernizar a estrutura carcerária para o cumprimento das leis, pois a nação brasileira não possuía, excetuando-se alguns poucos exemplos, locais adequados para tanto. A situação se complicava ainda mais na medida em que o Código Criminal de 1830 ampliou as hipóteses de aplicação das penas de prisão, omitindo-se, entretanto, de estabelecer um regramento específico para o cumprimento das penalidades, papel relegado, em grande parte, como se mostrará, às próprias províncias, o que culminou no desamparo não só dos sentenciados, como também do próprio sistema carcerário, que se viu fadado ao fracasso frente à indeterminação legal. AQUINO e AZEVEDO (2018)

O recorte temporal foi aqui apresentado apenas para ilustrar como se deu o princípio da execução de pena no Estado de Minas Gerais e provocar a reflexão de como chegou aos extremos de um estado com 834 municípios.

A superlotação é um dos grandes problemas no sistema prisional, e em Minas Gerais, sendo aqui bastante notório. O Estado passa por essa situação já há algum tempo, onde as vagas disponíveis são extremamente abaixo do quantitativo necessário para o cumprimento ao

menos digno da pena por parte dos custodiados (INFOPEN, 2019). Conforme tabela 1, pode-se observar o quantitativo de pessoas presas no estado de Minas Gerais em 2014:

Tabela 1 – População Carcerária

REFERÊNCIA – QUANTIDADE DE PRESOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	QUANTIDADE
PRESOS PROVISÓRIOS	26.591
REGIME FECHADO	16.215
REGIME SEMIABERTO	8.931
REGIME ABERTO	1.073
MEDIDA DE SEGURANÇA – INTERNAÇÃO E TRATAMENTO AMBULATORIAL	174
TOTAL	52.984*

Fonte: Diretoria de Gestão de Informações Penitenciárias/SAIGV/SUAPI/SEDS – Dezembro de 2014

* Vale ressaltar que os números apresentados acima se referem aos presos custodiados pela SUAPI e o Estado de Minas Gerais conta ainda com os presos custodiados pela PCMG (Polícia Civil de Minas Gerais), PMMG (Polícia Militar de Minas Gerais), APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) e CURAR (Programa de Custódia, Ressocialização e Assistência ao Recuperando), CPPP (Complexo Penal Público-Privado) e Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica.

São celas superlotadas, com pouca ou nenhuma estrutura o que faz com que diversos tipos de atrito ocorram entre os presos, uma vez que não escolhem com quem irão dividir aquele espaço, tornando uma aproximação obrigatória. A pessoa recolhida não escolhe ao lado de quem vai dormir, de quem almoçar, há uma maçante perda do espaço, da privacidade e da individualidade.

Ofertar melhor estrutura e um papel verdadeiramente ressocializador é um desafio muito grande, o que implica diretamente no quantitativo de agentes penitenciários e servidores técnicos responsáveis pelo atendimento ao preso. Observa-se com este último um grave problema do sistema prisional mineiro, que passa justamente pelo corpo de servidores. Não há servidores suficientes e a falta de qualificação dos mesmos para atuar em situações inesperadas de risco e até mesmo em situações cotidianas faz com que as unidades prisionais se tornem vulneráveis a rebeliões e ataques externos para o resgate de presos. Conforme Tabela 2 é possível observar o quadro de agentes penitenciários em Dezembro de 2014 e a escolaridade:

Tabela 2 – Agentes Penitenciários

VÍNCULO TRABALHISTA	QUANTIDADE
CONCURSADOS	8.657
TERCEIRIZADOS	9.587
CARGOS COMISSIONADOS	0
TOTAL	18.244
ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	82
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	98
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	0
ENSINO MÉDIO COMPLETO	11.284
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	5.672
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	1.053
ENSINO ACIMA DE SUPERIOR COMPLETO	45
TOTAL	18.234

Fonte: Diretoria de Gestão de Informações Penitenciárias/SAIGV/SUAPI/SEDS (2014)

Há ainda o fato de que quase metade de toda massa carcerária no estado de Minas Gerais é composta por presos provisórios. O montante de vinte e nove mil, de um total de cinquenta e oito mil custodiados em todo o estado. De acordo com Santos (2010), que afirma, em outras palavras, que o sistema penal precisa ser repensando, corroborando com toda temática apresentada até agora:

[...] os objetivos do sistema prisional de ressocialização e correção estão fracassando há 200 anos, e muito pouco está sendo feito para mudar a situação. Prisão nenhuma cumpre estes objetivos, no mundo todo. O problema se soma ao fato de que não há políticas efetivas de tratamento dos presos e dos egressos. Fora da prisão, o preso perde o emprego e os laços afetivos. Dentro da prisão, há a prisionalização, quando o sujeito, tratado como criminoso, aprende a agir como um. Ele desaprende as normas do convívio social para aprender as regras da sobrevivência na prisão, ou seja, a violência e a malandragem. Sendo assim, quando retorna para a sociedade e encontra as mesmas condições anteriores, vem à reincidência. A prisão garante a desigualdade social em uma sociedade desigual, até porque pune apenas os miseráveis. Por isso defendo o desenvolvimento de políticas que valorizem o emprego, a moradia, a saúde, a educação dos egressos. A criminologia mostra que não existe resposta para o crime sem políticas sociais capazes de construir uma democracia real, que oportunizem aos egressos condições de vida [...] (SANTOS, 2010, p.246).

No Brasil a legislação busca, garantir a dignidade e a humanização da execução da pena, cuidando da garantia dos direitos constitucionais aos presos e internos, e, de outro lado, está todo o desafio para assegurar condições de reintegração social.

Nos últimos anos aconteceram sucessivas mudanças na organização da pasta estadual, sendo primeiramente criada a Secretaria Estadual de Defesa Social – SEDS, em seguida, foi criada a Secretaria Estadual de Administração Prisional – SEAP e por último ainda vigente a Secretaria Estadual de Administração Prisional e Segurança Pública- SEJUSP.

Através Decreto nº 47.795, de dezembro de 2019, que regulamenta todo funcionamento da SEJUSP, traz em seu texto a normativa da junção de diferentes esferas dos órgãos de segurança pública do Estado:

Art. 2º – A SEJUSP, órgão responsável por implementar e acompanhar a política estadual de segurança pública, de maneira integrada com a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG e a política estadual de justiça penal, em articulação com o Poder Judiciário e os órgãos essenciais à Justiça, tem como competência planejar, elaborar, deliberar, coordenar, gerir e supervisionar as ações setoriais a cargo do Estado (MINAS GERAIS, 2019).

Sendo criado em 2019, com a reforma administrativa do Estado, que extinguiu a Secretaria de Estado de Administração Prisional, o Departamento Penitenciário de Minas Gerais (DEPEN-MG) órgão responsável pela gestão do sistema prisional mineiro, responsável por resguardar a promoção a segurança nas unidades prisionais, a humanização do atendimento e a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade (DEPEN, 2019).

Atualmente, o DEPEN-MG compõe a estrutura básica da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Suas atribuições são detalhadas no artigo 65 do Decreto nº 47.795 de dezembro de 2019, o qual dispõe sobre a organização da SEJUSP, que em consequência administra 194 (cento e noventa e quatro) unidades prisionais, distribuídas em 19 (dezenove) Regiões Integradas de Segurança Pública (MINAS GERAIS, 2019).

3.2 O Presídio de Guanhães

A assunção da cadeia pública de Guanhães para Presídio de Guanhães aconteceu em Fevereiro de 2014, conforme relato do atual diretor geral prisional. Sendo administrada in loco por um diretor que recebe a nomenclatura de Diretor Geral Prisional e um Diretor de Segurança e Ressocialização. Antes pertencia à Polícia Civil e recebia o nome de Cadeia Pública de Guanhães.

O Presídio de Guanhães no momento possui em seu corpo técnico-administrativo 02 (duas) servidoras administrativas; sendo uma Analista Técnico Jurídico e uma Assistente Executiva de nível médio, responsáveis pelo atendimento ao preso e ao familiar e responsável por desenvolver ações que possibilitem a ressocialização do indivíduo. No que tange à segurança seu quadro possui cerca de 37 (trinta e sete) Agentes Penitenciários, dos quais 02 (dois) respondem pela direção.

A instituição tem duas formas de ingressar à equipe: contratos temporários firmados (mão de obra terceirizada) e servidores efetivos de carreira. Ressalta-se que desde o início da pandemia da COVID 19 tem sido mais frequente a abertura de editais para contratação de profissionais.

A unidade prisional de Guanhães leva o nome do município que a abriga, sendo Guanhães um município no interior do estado de Minas Gerais, região sudeste do Brasil. Localizada no Vale do Rio Doce, no Leste Mineiro, e sua população estimada em 2020 era próximo a 35 mil habitantes (IBGE, 2020). Segue, na figura 4, panorama da cidade de Guanhães:



Figura 4 - Panorama da cidade de Guanhães.

Fonte: Arquivo da instituição (2016).

Atualmente, a unidade prisional de Guanhães serve como porta de entrada para receber custodiados de 06 (seis) comarcas diferentes, sendo potencialmente cidades muito pequenas, com menos de 10 (dez) mil habitantes cada uma. Situação ainda mais agravada em razão da pandemia, onde a pessoa presa, cumpre uma quarentena para depois adentrar a ala de acordo com seu regime a cumprir. É nesse cenário, que se desenvolve a presente pesquisa. Para um total de vagas de 123 (cento e vinte e três) custodiados, podemos observar a lotação atual conforme quadro Figura 5:



Figura 5 – Total de presos na Unidade Prisional de Guanhães.
Fonte: INFOPEN (2019).

O município conta com o convênio da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP, que cede profissionais para o atendimento ao preso: médico, psiquiatra, psicóloga, enfermeira técnico em enfermagem, dentista, auxiliar de saúde bucal, farmacêutica e assistente social.

De acordo com as informações do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) instituiu-se através da Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014, traçando e disciplinando objetivos, diretrizes, e também as responsabilidades do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, dos estados e do Distrito Federal, por via de suas respectivas Secretarias de Saúde dos municípios. (BRASIL, 2017)

A normatização dessa política no SUS está instituída pelo Anexo XVIII da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que disciplina os tipos de equipes de saúde prisional e os profissionais que compõem essas equipes. Cujo o objetivo é garantir o acesso das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional ao cuidado integral no SUS, a PNAISP reza que os serviços de saúde no sistema prisional sejam foco de atenção da Rede de Atenção à Saúde do SUS.

A captação de recursos financeiros está condicionada à habilitação do município. Considerando o mapa carcerário e o perfil epidemiológico dessas pessoas presas, é que se definirá a modalidade de equipe, e suas cargas horárias. Sendo neste caso o Presídio de Guanhães contemplada com a modalidade mencionada no parágrafo acima.

Na figura 6, podemos observar o perfil das pessoas presas no presídio de Guanhães de acordo com sua faixa etária:

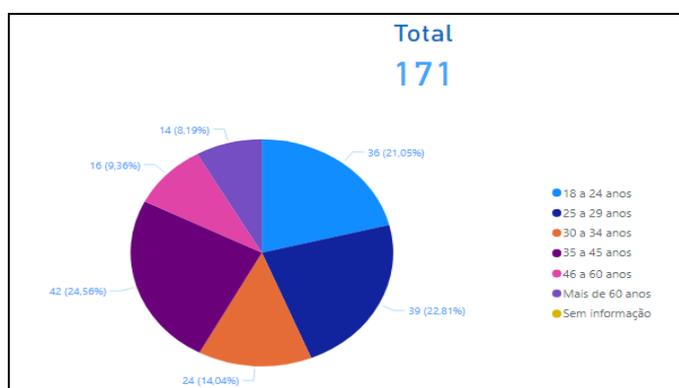


Figura 6 – População Prisional por Faixa Etária.
Fonte: INFOPEN (2019).

3.3 A Psicologia e a Prisão

Ficando a Psicologia responsável por esclarecer, aclarar-se, sob a forma de conhecimento, através de atos observáveis e os que qualificaram como “sujeito psicológico”, na pretensão de significar sua personalidade, por via de seus desejos, fantasias. O sistema psicológico vai tentar classificar os indivíduos entre condutas saudáveis e condutas patológicas através da tipização jurídica de atos criminalizados.

Nesta via, a criminologia radical, associada aos primeiros saberes psíquicos, nascidos nos fins do século XIX, não se priva na associação dos atos criminais aqueles considerados internamente degenerados e perigosos, o que valida uma visão naturalista da sociedade e o desenvolvimento de uma antropologia do homem criminoso com a escola italiana, a qual estava pautada na teoria positivista da defesa social.

Baseando na fusão ideológica que exista um sujeito psicológico que possa ser visto, articulando a Psicologia descritiva e a também néscia criminologia como campos de conhecimentos em expansão. Que visam seu reconhecimento como uma ciência. Buscando uma aplicabilidade que tenha componentes qualitativos que possam definir o comportamento humano a partir de sua conduta e sua fala, determinando o correto e o incorreto (CREPOP, 2012).

A defesa social, na escola positiva, de acordo com Miranda, pode ser entendida como a proteção da sociedade contra os criminosos mediante uma repressão vigorosa dos indivíduos taxados de perigosos.

É interessante notar a diferença que parece sutil, mas que implica em profundas mudanças no sistema do direito penal. “O importante, já não era a punição dos culpados, mas neutralizar os indivíduos perigosos para a ordem social, por meio das medidas legais pertinentes” (MIRANDA, 2020, p.5). Onde por meio do Estado, se exerce o controle através do sistema prisional.

Ainda permeando esse pensamento, tem determinado que a natureza de certos comportamentos, tidos como: atípicos, bizarros e estranhos, faz surgir nessa época a chamada Escola Positivista de Criminologia que defenderá a punição como defesa da ordem social, sob forte influência da colagem do conceito de periculosidade à personalidade dos indivíduos infratores, considerando o criminoso como um monstruoso desviante (CREPOP, 2012).

Miranda expõe o pensamento da Defesa Social do seguinte modo “As ideias de defesa social desenvolvidas pela Escola Positiva, em sentido oposto, vão provocar a expansão do poder punitivo. Para esta Escola, a função do Direito Penal é promover a defesa da sociedade contra o crime e os criminosos. A pena é transformada em um instrumento de defesa social. A prevenção é uma preocupação constante.

As causas do crime vão ser procuradas na pessoa do criminoso. Para defender a sociedade, é justificada a supressão de direitos humanos dos indivíduos. Nesta direção, as teorias de defesa social desenvolvidas pela Escola Positiva vão preparar o caminho para a justificação da punição sem crime. Substituindo-se a ideia de responsabilidade penal pessoal dos clássicos pela responsabilidade social (quer dizer, proveniente do simples fato de se viver em sociedade), os positivistas desenvolveram o direito penal do autor, segundo o qual se pune o indivíduo pelo que ele é, e não pelo que ele fez (MIRANDA, 2020, p.17)

Ao surgir o questionamento acerca do se fazer da Psicologia na prisão. É necessário criar um cenário diferente daquele já esperado: “proteger” a sociedade, dando nomes aos modos de segregação, o que só fomenta os níveis de exclusão conceituando como grau de periculosidade e que tipificando a conduta desviante.

Outra possibilidade acerca da presença do psicólogo, como integrante de uma equipe dentro do sistema prisional, seria para produzir uma intervenção na prisão em diferentes níveis, desde a promoção da acessibilidade a recursos, como acalento para os sofrimentos

impostos pela privação de liberdade, e seu fazer poderá contribuir para a desedificação das necessidades que historicamente, pelos olhares sociais e ideológicos têm sustentado a sua existência.

Em grande parte das análises produzidas em torno da questão da funcionalidade do “cárcere”, evidencia-se, desde sempre, que a resposta nos leva para uma constatação empírica de que elas servem para aquilo que talvez esteja mais subliminarmente implicado em cada uma dessas funções instituídas, que é segregar certos indivíduos considerados como parte indesejável da sociedade (CREPOP, 2012).

Decorre que a Psicologia e a Prisão são fenômenos contemporâneos – não só no sentido de sua atualidade, mas também, e principalmente, no sentido de sua coexistência. Ou seja, a prisão e a Psicologia são produtos de um mesmo tempo, ambas são categorias a serviço do mesmo projeto social de produção e transformação de subjetividades (CREPOP, 2012).

Foucault (1999) ao refletir acerca da finalidade da prisão, não teve incertezas ratificadoras que, desde o início, foi projetada para funcionar como um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola e o hospital, tendo controle sobre os indivíduos. Ainda que essa aspiração acabou por se revelar como uma frustração desde o começo, ela diz muito sobre a ideologia subjacente às Prisões e à Psicologia, sendo essas respostas sociais a uma demanda pela concretização e ajustamentos de determinados sujeitos.

Considera-se ressaltar que a regulamentação da Psicologia como profissão, feita a partir da Lei n.º 4.119/62, firmada num contexto político de grandes tensões sociais que surgiam antes do estabelecimento da ditadura civil e militar, normatizava como atribuição do psicólogo a “solução de problemas de ajustamento” (BRASIL, 1962).

Apresentado o panorama acerca da prisão no Brasil, a prisão mineira e a unidade prisional de Guanhães, sendo essa abrigo da pesquisa, iremos para o capítulo que trata do acesso à educação para a pessoa presa.

4 O DIREITO À EDUCAÇÃO

No dia 18 de julho de 1938, foi inaugurada a primeira penitenciária mineira, no município de Ribeirão das Neves, que recebeu inicialmente o nome de PAN (Penitenciária Agrícola de Neves) e atualmente, Penitenciária José Maria Alkmim. Em sua planta original já constava o espaço denominado "salas de aula" e a educação era ofertada de forma filantrópica e ainda não regulamentada pela SEE; sendo executada pelas freiras, Irmã Maria Bartolo e Irmã Rosa, oriundas da Itália, para trabalharem com as assistências aos presos nesta UP - Unidade Prisional.

Atualmente, o Estado de Minas Gerais conta com 105 (cento e cinco) escolas estaduais, sendo 36 (trinta e seis), criadas entre 2005 a 2010, em funcionamento dentro das Unidades Prisionais e APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), e 69 (sessenta e nove) autorizadas a funcionar como segundo endereço. Contamos ainda com três escolas particulares (GPA – Gestores Prisionais Associados S/A) no Complexo Penitenciário Público-Privado. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES, 2015).

A Constituição Federal, nossa carta magna, traz em seu artigo 205, que reza sobre a educação, como sendo direito de todos e dever do Estado e da família e que esta deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O que inclui a pessoa privada liberdade já que em seu artigo 5º dita que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança (BRASIL, 1988).

A Educação é apontada como direito de todos e dever do Estado, que deverá ser ofertada de forma gratuita, inclusive às pessoas que não puderam frequentar a escola na idade própria, o que visa o pleno desenvolvimento da pessoa humana, sem considerar a condição em que esta se encontra (BRASIL, 1988). A escola é o espaço onde se deve ofertar a formação para a cidadania, permitindo que o sujeito se desenvolva de forma integral, capaz de promover uma sociedade justa e igualitária. O perfil da pessoa presa no estado de Minas Gerais apresenta a triste realidade de como é o acesso à Educação, conforme se pode observar na figura 7:

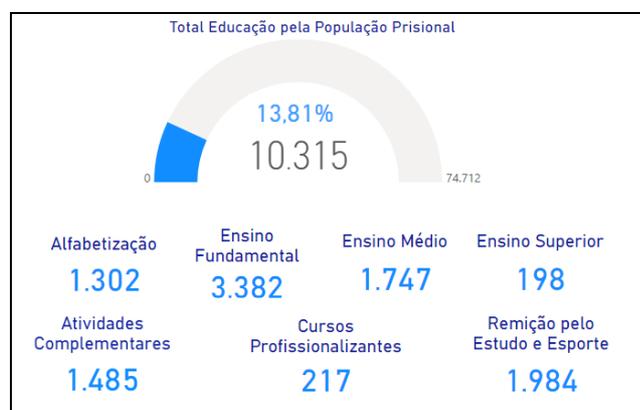


Figura 7 – População Prisional em Atividade Educacional.
Fonte: INFOPEN (2019)

Essa mesma lei compreende entre os artigos 17 ao 21 a instrução escolar e a formação profissional da pessoa privada de liberdade. Que o ensino de 1º grau será obrigatório,

integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa. E que a complementação que é o ensino médio, regular ou supletivo, que poderá ser com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização. No entanto não é essa prática que ocorre.

A educação inclusiva é um tema muito distante quando estamos falando em educar para a dignidade humana. O Plano Nacional de Educação nas prisões informa que: os entes federados incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas. Os sistemas de ensino irão oferecer aos detentos cursos supletivos de educação de jovens e adultos. Estes podem ser ministrados em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Que atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados (BRASIL, 2015).

De acordo com Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen – julho a dezembro de 2019 os estudos apontam que o perfil da pessoa presa no Brasil são, em grande parte, jovens em idade economicamente produtiva, que contempla entre 18 e 30 anos, com baixa escolaridade, muitos analfabetos e a maioria com Ensino Fundamental incompleto; oriundos de minorias, que vivem em situação de pobreza.

De forma que, a educação nas prisões além de ser um direito, traz em si as inúmeras possibilidades do ato educativo; o que buscaria diminuir situações de vulnerabilidades sociais, característica tão marcante na população privada de liberdade.



Figura 8 – Nível de escolaridade da População Prisional.
Fonte: INFOPEN (2019).

Vale a observação dos dados apresentados onde a baixa escolaridade é a mais notória ao que tange o perfil da pessoa presa no país.

A inclusão social e produtiva dos apenados são previstas como elementos de efetivação às políticas de humanização, como meio de garantir a este público acesso a serviços e direitos fundamentais.

Apresentamos na figura 9 a realidade no Presídio de Guanhães em relação ao número de custodiados em atividades laborais. Não foi localizado nenhum dado oficial sobre o nível de instrução escolar nessa população.

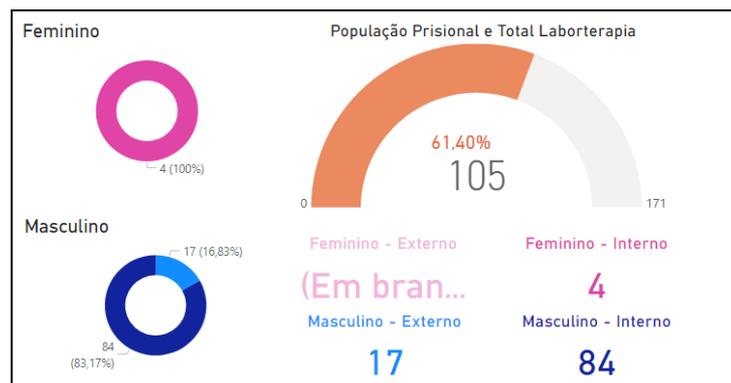


Figura 9 – População Prisional Laboral.

Fonte: INFOPEN (2019).

Há uma urgência em se tornar prático o que é teoria em se tratando da ressocialização. Para isso há que se trabalhar o conhecimento tornando informação que gere conhecimento novamente. O acesso ao mais básico necessita urgentemente de se tornar real, como por exemplo o acesso a livros. Observe o gráfico 8, que apresenta a realidade das unidades prisionais em Minas Gerais.

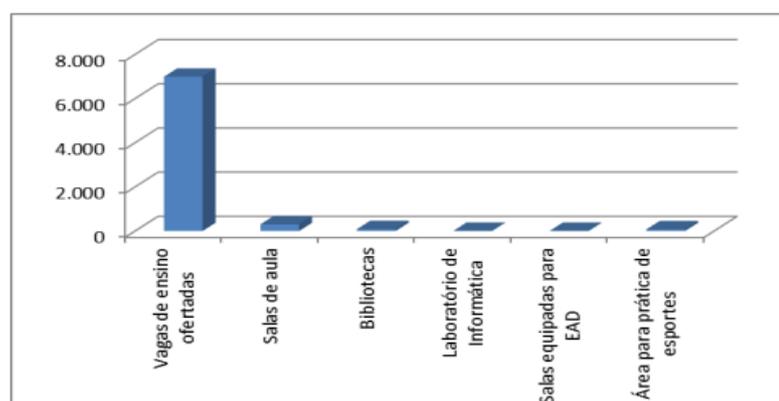


Figura 10 -Vagas e estrutura educacional do sistema prisional mineiro em 2014.

Fonte: Diretoria de Ensino e Profissionalização/SAPE/SUAPI/SEDS (2014).

No ano de 2005, os Ministérios da Educação e da Justiça, reconhecendo a importância da educação para este público, iniciaram uma proposta de articulação nacional para implementação do Programa Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário, formulando as suas Diretrizes Nacionais.

A referida proposta, apoiada pela UNESCO, culminou em 2006 com o I Seminário Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário e, em 2007, o II Seminário Nacional. Uma série de atividades desenvolvidas no sentido de estruturar tal política, destacando-se, dentre outras, a decisão dos dois Ministérios de investir, por meio de convênios com Estados, na construção de Políticas Estaduais de Educação para os jovens e adultos em situação de privação de liberdade.

Dentre as principais conquistas, destacam-se a aprovação das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP (Resolução nº 3 de 11/03/2009). O estabelecimento de Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais pelo Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEB nº 4/2010 e Resolução CNE/CEB nº 2 de 19/05/2010); e, por conseguinte, a

alteração na Lei de Execução Penal que permite às pessoas presas diminuírem a sua pena com base nas horas de estudo.

Com base nesta definição, em sintonia à proposta nacional daquele momento, a modalidade de ensino a ser ofertada nas Unidades Prisionais do Estado de Minas Gerais seria a Educação de Jovens e Adultos - EJA, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB- nº 9.394/96 em seu Art. 37, que prevê a educação de jovens e adultos que não obtiveram acesso ou puderam concluir seus estudos da educação básica na idade regular, que deverá garantir o direito ao acesso e a permanência no ensino. De acordo com Nairobi:

A expressão “educação de adultos” designa o conjunto de processos organizados de educação, qualquer que seja o seu conteúdo, o nível e o método, quer sejam formais ou não formais, quer prolonguem ou substituam a educação inicial dispensada nos estabelecimentos escolares e universitários e sob a forma de aprendizagem profissional, graças aos quais pessoas consideradas como adultas pela sociedade de que fazem parte desenvolvem as suas aptidões, enriquecem os seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou lhe dão uma nova orientação, e fazem evoluir as suas atitudes ou o seu comportamento na dupla perspectiva de um desenvolvimento integral do homem e de uma participação no desenvolvimento socioeconômico e cultural equilibrado e independente [...]. (Unesco, 1976, p. 2).

Na resolução do CNPCP ao estabelecer as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais, coloca que tais ações de educação devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país e na Lei de Execução Penal, devendo atender as especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino. Que ao ofertar educação no contexto prisional deve: atender aos eixos pactuados quando da realização do Seminário Nacional pela Educação nas Prisões (2006), quais sejam: gestão, articulação e mobilização; formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta de educação na prisão e aspectos pedagógicos e que deve resultar do processo de mobilização, articulação e gestão dos Ministérios da Educação e Justiça, dos gestores estaduais e distritais da Educação e da Administração Penitenciária, dos Municípios e da sociedade civil (BRASIL, 2009).

Devendo ainda estar associada às ações de fomento à leitura e a implementação ou recuperação de bibliotecas para atender à população carcerária e aos profissionais que trabalham nos estabelecimentos penais e ainda, sempre que possível, promover o envolvimento da comunidade e dos familiares das pessoas privadas de liberdade, atentando-se para as questões de inclusão, acessibilidade, gênero, etnia, credo, idade e outras correlatas (BRASIL, 2009).

Em relação às condições locais, a proposta é de adotar, a cada estabelecimento, uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. Sendo a realidade na Unidade Prisional de Guanhães bem distante do que traz o amparo legal. Soma-se a isso o discurso pronto, cada vez mais endossado de que: preso no Brasil é cheio de direitos. O que cega a um olhar diferenciado e respeitoso pela questão do apenado.

Trazendo ainda o Plano Nacional de Educação, reforça como uma de suas metas a de implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional, contemplando para esta clientela as outras metas que visam expandir a oferta de programas de educação a distância na modalidade de educação de jovens e adultos, incentivando seu aproveitamento nos cursos presenciais e o estabelecimento

de programa nacional de fornecimento, pelo Ministério da Educação, de material didático-pedagógico, adequado à clientela, para os cursos em nível de ensino fundamental para jovens e adultos, de forma a incentivar a generalização das iniciativas mencionadas na meta anterior (BRASIL, 2001).

Entretanto com base em observação da autora na prática a realidade é bem diferente, há um grande desafio para o Estado em relação ao acesso à Educação. Embora esteja entre os direitos fundamentais da constituição federal, o julgamento moral sobre a conduta do preso e as condições precárias de trabalho tornam a educação formal, um fenômeno bem distante do cotidiano numa unidade prisional.

O fenômeno caracterizante é o de ser a pessoa privada de liberdade, pessoas às margens da dinâmica social, pelas situações que ocorreram e levaram a “desobedecer” às regras e normas instauradas para toda a sociedade, numa busca que visa regular, controlar e estabelecer como deve se dar as relações de poder e divisão de classes nela existentes. Há muito pouco na caminhada em direção ao que efetivamente se faz em relação aos direitos do preso, uma vez que há um desinteresse da sociedade que inviabiliza esta questão, por vezes tratada como uma abordagem indesejada.

Ao buscar compreender o perfil da pessoa em conflito com a lei no Brasil, trata-se potencialmente de sujeito pobre com baixa ou nenhuma perspectiva de futuro. A vida às margens das normas sociais foram as alternativas de mais fácil acesso. De um montante de 748 mil pessoas presas, uma média abaixo de 20 mil completaram o Ensino Médio, menos que 1 hum mil pessoas tiveram acesso ao ensino superior (INFOPEN, 2019).

4.1 O Contraditório Direito à Educação

“Não há forma mais vergonhosa de pobreza, que a pobreza de direitos.” (MARTINS, 1991, p.11).

A Educação é a melhor estratégia para se promover as condições concretas do resgate do exercício da cidadania, em alguns casos, até mesmo seu primeiro contato. A ferramenta capaz de propiciar a ressocialização; quebrando do ciclo da violência e, no entanto, distante da realidade cotidiana no sistema de execução penal. Como podemos observar até aqui.

Fortalecer a discussão acerca da temática da educação nas prisões como políticas públicas, destinada ao amparo de direitos para jovens e adultos é, urgente e necessário, trata-se de uma garantia de direito (AGUIAR, 2008); estudos apontam que o perfil da pessoa presa no Brasil são, majoritariamente, pessoas na idade economicamente produtiva, cita-se o período compreendido entre 18 e 30 anos, potencialmente com baixo nível de escolaridade, de famílias pobres e negras.

Dessa forma, a educação em prisões, para além de ser uma garantia de direito, traz por si só incontáveis possibilidades do ato educacional; busca se não erradicar, ao menos minimizar as vulnerabilidades sociais, tão marcantes na população presa, pois promove a inclusão social, produtiva e ainda fortalece o acesso a serviços e direitos fundamentais, que por consequência efetivam políticas de humanização da pena.

Entretanto a realidade aponta para o não acesso. A oferta do ato educativo nos presídios atinge menos que 50% das unidades prisionais no estado. Conforme podemos observar na tabela 3:

REFERÊNCIA – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS PENAIS	QUANTIDADE	COM OFERTA DE EDUCAÇÃO
PENITENCIÁRIAS	20	20
COLÔNIAS AGRÍCOLAS, INDÚTRIAS	0	0
CASAS DE ALBERGADOS	1	0
CADEIAS PÚBLICAS	0	0
CENTRO DE REFERÊNCIA À GESTANTE PRIVADA DE LIBERDADE	1	1
HOSPITAIS DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	3	3
PATRONATO	0	0
CENTROS DE REMANEJAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL	6	1
PRESÍDIOS	115	50*
TOTAL	146	75

Fonte: Diretoria de Ensino e Profissionalização/SAPE/SUAPI/SEDS – Dezembro de 2014

*Os dados apresentados na tabela acima são referentes apenas à Educação Formal, conforme Termo de Convênio celebrado entre a SEDS e a SEEMG, para a oferta da Educação Básica, na modalidade EJA. Cabe ressaltar, que em algumas Unidades Prisionais são desenvolvidos Projetos de Alfabetização e preparação para Exames de Certificação, em parceria com municípios e órgãos públicos e privados.

Figura 10 – Estabelecimentos Penais

De fato, além de observarmos uma superlotação em todo o sistema prisional mineiro, agrava-se o fato de serem privados também do direito à educação. A posteriori podemos somar a isso a falta de oportunidades que agrava o desemprego. Gerando o ciclo da reincidência, também demonstrado pela figura 11:

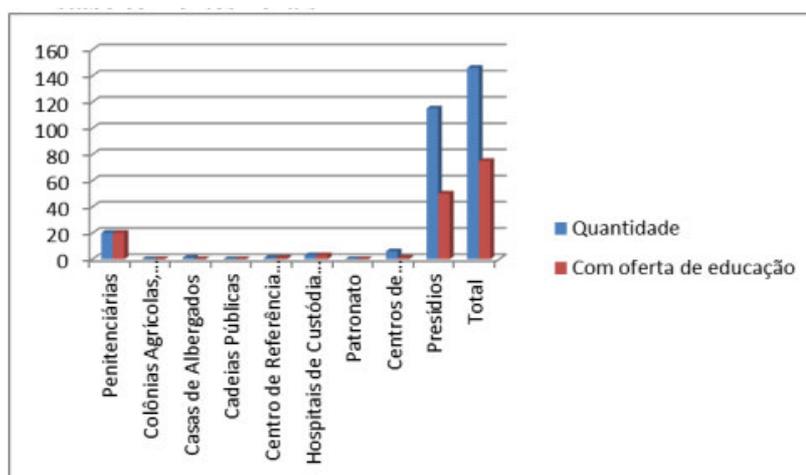


Figura 11 – Estabelecimentos Penais com oferta de educação.

Fonte: Diretoria de Ensino e Profissionalização/SAPE/SUAPI/SEDS (2014).

É possível observar de acordo com os dados da tabela 4 e figura 11, o grande desafio em se estabelecer ações educacionais, o que necessita de todos os envolvidos no cenário da ressocialização. Para que a educação, concebida como um direito humano seja um instrumento presente, dialogando com as demais práticas sociais, para que se traduzam em investimentos eficazes na construção de exitosas trajetórias de vida.

REFERÊNCIA	QUANTIDADE
VAGAS DE ENSINO OFERTADAS	6.990
SALAS DE AULA	306
BIBLIOTECAS	88*
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	15
SALAS EQUIPADAS PARA EAD	15
ÁREA PARA PRÁTICA DE ESPORTES	78**

Fonte: Diretoria de Ensino e Profissionalização/SAPE/SUAPI/SEDS – Dezembro de 2014

* Das 88 bibliotecas/sala de leitura contabilizadas, 18 estão inativas seja por inadequação do espaço físico, falta de acervo ou de sua catalogação. Existem também Unidades Prisionais que apesar de não terem tal espaço definido realizam atividades de empréstimo de livros para os detentos dentro da própria cela.

** Como área para prática de esportes, a maioria das Unidades Prisionais, utiliza o pátio do banho de sol por falta de espaço físico adequado nas mesmas.

Figura 12 – Vagas e estrutura educacional do sistema prisional mineiro em 2014

Onofre e Julião (2013, p.60) apontam que:

[...] falar em direito à educação é mais que organizar um processo de alfabetização e aquisição de noções de cálculo e, para tanto, há que se investir na formação de educadores que elaborem um projeto educativo de maneira multiprofissional, ultrapassando a perspectiva de programas temporários de educação, evitando, se possível, a superposição dos horários de trabalho-escolarização-educação não-formal. Não se trata de tomar um sujeito a ser atendido por diversas ações isoladas, mas promover um programa educativo integrado, que respeite a singularidade de cada pessoa e construa com ela, um projeto de vida. A educação é um processo global porque recolhe pedaços dispersos da vida: dá significado ao passado, oferece ferramentas para formular projetos individuais no presente, e ressignifica as perspectivas de futuro [...]

Observado o ponto de vista acima, é necessário considerar o ambiente e a oferta do espaço voltado às ações educacionais, e é real a escassez desse espaço nas unidades prisionais do estado de Minas Gerais. Uma vez de acordo com o quadro apresentado, é deficitário o número de bibliotecas; laboratórios de informática; salas de aula; salas para ensino à distância e espaços para práticas de esportes.

É importante ressaltar que algumas unidades não possuem o espaço físico da biblioteca/sala de leitura, mas mantém o acervo em outro local realizando o serviço de empréstimo de livros de maneira improvisada; conforme ocorre no presídio de Guanhães, já em outras unidades possuem a biblioteca, mas a mesma encontra-se inativa.

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Alfabetização	2.620	5,84%
Ensino Fundamental Incompleto *	28.754	64,13%
Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	11.288	25,18%
Ensino Fundamental (Anos Finais)	16.760	37,38%
Ensino Fundamental Completo	5.090	11,35%
Ensino Médio Incompleto	5.097	11,37%
Ensino Médio Completo	2.931	6,54%
Ensino Superior Incompleto	342	0,76%
TOTAL	44.834	

Fonte: Diretoria de Ensino e Profissionalização/SAPE/SUAPI/SEDS – Dezembro de 2014

* Os dados referentes à soma do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais não coincidem com o total do Ensino Fundamental Incompleto porque algumas unidades não conseguiram consolidar essa separação enviando o número como total. Considere-se, portanto como número global o Ensino Fundamental Incompleto e como número aproximado os Anos Iniciais e Finais dada a diferença de 706 presos.

Figura 13 – Perfil Educacional dos Custodiados em Minas Gerais

Para Onofre e Julião (2013) a discussão acerca das políticas de inclusão para pessoas privadas de liberdade nos faz ver questões tratadas como invisíveis. Nesse contexto, nos leva a transitar para o caminho de que a educação na prisão permeia a perspectiva dos direitos humanos, sendo por si só, um conjunto de ferramentas que implementam e contribuem para a inclusão social, cultural e econômica daqueles, vistos de forma tão marginalizadas.

Nos provocando refletir acerca do universo da educação, como algo além do processo educativo dentro da instituição, o que se denomina como: educação formal ou escolar, soma-se com as vivências educativas trazidas no dia a dia, através da interlocução com as outras pessoas e o ambiente presente. Para Haddad (2010, p. 119):

[...] a imagem do iceberg tem sido utilizada com frequência para fazer a distinção entre educação escolar e não escolar. A parte visível do iceberg seria a educação escolar, aquela que se confunde com o próprio termo educação e que é valorizada socialmente como um direito humano e fator de conquista de cidadania. A parte submersa, com um volume maior e de sustentação da parte visível, normalmente não vista pelo senso comum, denominamos educação não escolar.

As pessoas presas, têm suspenso o seu direito de ir e vir conforme o tempo determinado pela justiça, no entanto têm garantidos por lei, seus demais direitos, sendo a educação um deles. O que se confirma de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 2 (2010, p. 14):

Compreendendo a educação como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades e o educar como ato de criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, ambiente socioeducativo. Assim sendo, todos que atuam nestas unidades – dirigentes, técnicos e agentes – são educadores e devem estar orientados nessa condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo.

No preceito de se dar à luz a uma pedagogia que traz ao sujeito seu protagonismo, iniciamos pelo próprio nascimento de educação como um direito humano, eixo que leva a

reconhecer a pessoa presa como sujeito de direitos, o que nos permite assinalar que os fins da educação nas unidades prisionais são distintos dos fins da pena. O sistema prisional organiza-se em torno dos imperativos da punição, o que parece descartar das possibilidades de promover intramuros, práticas sociais que promovam processos educativos (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

Sanar tal descompasso é uma urgência da educação, sendo reconhecido o direito à cidadania, temos como ponto de partida a garantia de direitos educativos. A liberdade interrompida de acordo com a pena é por si só a penalidade a ser cumprida. Os demais direitos humanos, dentre eles a educação não está na dosimetria da pena.

4.2 ENCCEJA

O exame realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, é um instrumento que visa além de diagnosticar a educação básica brasileira, possibilitar meios para certificar saberes adquiridos tanto em ambientes escolares quanto extraescolares. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA é um desses exames (INEP, 2019).

De acordo com o portal do Ministério da Educação – MEC seu principal objetivo é construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros (INEP, 2019).

A participação no ENCCEJA é voluntária e gratuita, destinada aos jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior, inclusive às pessoas privadas de liberdade, que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada. Podendo ser pleiteada para a certificação no nível de conclusão do ensino fundamental e ensino médio. Para certificação do ensino fundamental, é preciso ter, no mínimo, 15 anos completos na data de realização do exame. A certificação do ensino médio exige a idade mínima de 18 anos completos no dia de aplicação da prova (INEP, 2019).

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos constitui-se de provas estruturadas da seguinte forma:

Para o Ensino Fundamental:

Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação;
Matemática;
História e Geografia;
Ciências Naturais.

Para o Ensino Médio:

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação;
Matemática e suas Tecnologias;
Ciências Humanas e suas Tecnologias;
Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

Essas áreas do conhecimento foram estabelecidas a partir do currículo da Base Nacional Comum Curricular -BNCC, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN's (INEP, 2019).

Sua organização pedagógica trabalha acerca das competências e habilidades, possui 30 habilidades e continua subsidiando o estudo individual. As competências do sujeito são eixos

cognitivos que se referem, também, ao domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, enfrentamento e resolução de situações-problema, capacidade de argumentação e elaboração de propostas.

Dessas interações resultam, em cada área, habilidades que são avaliadas por meio das 30 questões objetivas, de múltipla escolha e pela produção de um texto em prosa do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de um tema de ordem social, científica, cultural ou política de forma textual (INEP, 2019).

O Exame destinado a pessoas submetidas a penas privativas de liberdade, cuja temática é componente desta pesquisa acontece em data diferente a do exame nacional. Cada unidade prisional e socioeducativa conta com um responsável pedagógico para representar os participantes na inscrição e certificação. Ele é o responsável pela inscrição e por repassar todas as informações necessárias aos participantes. Para participar do Encceja PPL é preciso ter, no mínimo, 15 anos de idade para quem busca a certificação do Ensino Fundamental; e 18 anos para quem busca a certificação do Ensino Médio.



Figura 12 - Custodiados durante aplicação da Prova ENCCEJA 2019.

Fonte: Acervo pessoal (2019).

O ENCCEJA PPL é aplicado pelo Ministério da Educação, por meio do Inep, em parceria com o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Através da figura 12, podemos observar um momento de aplicação de prova do ENCCEJA.

Explanado acerca do Direito à Educação, conforme se apresentou para a pesquisa, vamos ao próximo capítulo que traz a luz conhecimentos de Psicologia, sob a esfera da Psicologia Positiva, de forma mais pungente o conceito de Satisfação.

5 A PSICOLOGIA POSITIVA E SATISFAÇÃO

O capítulo se inicia com a pergunta: O que é a Psicologia afinal? Para essa questão, Bauer (2020) aponta que a Psicologia em seu aporte teórico original, o movimento que de certa forma; acompanhamos nos tempos atuais, pautaram-se principalmente em estudos sobre o ser humano e suas desordens mentais.

Temáticas do gênero: o que o faz o ser humano sofrer, seus defeitos e suas patologias, sempre foram os norteadores para retirada do véu psicológico. Oliveira (2017) pontua ainda que psicologia tradicional por décadas e décadas teve como principal elemento o foco no negativo, nas fragilidades humanas. O que de certa forma nos possibilitou um inegável legado construído. Existe mérito!

Através deste recorte teórico da Psicologia tradicional, focalizando nas doenças e no mal estar psíquico, que se descobriram recursos técnicos e psicotrópicos fundamentais para o tratamento da depressão, ansiedade, dentre outras patologias.

Bauer (2020) aponta os principais questionamentos da Psicologia tradicional como: “O que há de errado com você? Qual é o seu problema?” Isso para levantar a demanda do que se ofertaria ao cliente/paciente para que pudesse ajudar. Esta foi a Psicologia aplicada até o fim do século XX, que gerou uma avalanche de teorias sobre as patologias e que psicólogos do mundo inteiro estão acostumados a trabalhar em psicoterapia no processo evolutivo do paciente. Apontando que a psicologia apresentava três principais missões até o início da Segunda Guerra Mundial que se baseavam em curar as doenças mentais, tornar a vida das pessoas mais agradáveis e cultivar talentos superiores.

No entanto sufocados e na busca constante pela compreensão das patologias, as duas últimas missões foram praticamente abandonadas, e somente no final do século XX começaram a ser retomadas. A Psicologia Tradicional está calcada em ver o passado e as nossas patologias.

A contribuição atribuída à doença mental trouxe conhecimentos imensuráveis sobre os aspectos bioquímicos e genéticos de transtornos, seus prognósticos no decorrer da vida e o respeito investigativo das doenças psicológicas envolvidas (GONÇALVES, 2006).

5.1 À Luz da Psicologia Positiva

A Psicologia Positiva surgiu em 1998, com Martin Seligman, durante sua gestão frente à presidência da American Psychological Association (APA). A narrativa dessa inspiração é apresentada em seu livro felicidade Autêntica, onde o psicólogo estadunidense Martin Seligman traz um relato extremamente simples de uma manhã enquanto brincava com sua filha, ela muito agitada e ele reclamando, até que segundo seu relato ouviu um desabafo da filha; acerca de uma decisão tomada aos 5 anos, sobre decidir deixar de ser chorona, finalizando sobre as possibilidades que nos é possível mudar para melhor.

E foi neste diálogo inocente, no momento em que ele havia sido eleito Presidente da American Psychological Association – Sociedade Americana de Psicologia - Seligman direcionou seus estudos e pesquisas em uma psicologia capaz de propor mudanças para a vida das pessoas. Onde fosse capaz de criar uma conexão entre o rigor científico acadêmico com a prática do dia a dia. Dando vida a essa vivência pessoal, suscitou-se a base de uma perspectiva de ser humano, cujo o foco norteador é desenvolver e empregar as forças pessoais ao invés de dedicar esforços a corrigir as fraquezas.

Dessa forma, chega à psicologia Positiva, uma teoria que foi introduzida e pesquisada por Martin Seligman, considerado o pai da Psicologia Positiva, mas que, na verdade, teve seu início num período anterior com o digamos: “avô” da Psicologia Positiva, o psicólogo

Abraham Maslow. Pioneiro no assunto de como podemos tratar nossos pacientes focando numa Psicologia que pudesse ver mais o que havia de bom nos pacientes, ao invés de focar nas patologias em si. Deixando a Seligman, a responsabilidade de trazer o grande aparato científico que deu visibilidade à Psicologia Científica.

Soma-se a Martin Seligman, outros precursores: Mihaly Csikszentmihalyi, Ray Fowler, Chris Peterson e Ed Diener que, num mesmo momento com outros pesquisadores, se dedicaram a desenvolver pesquisas cujo intuito era a promoção de uma mudança da psicologia. Desde sua descoberta, a Psicologia Positiva tomou notoriedade de forma muito rápida, o que envolveu centenas de pesquisadores nos Estados Unidos e ao redor do mundo, através de inúmeros estudos transculturais (GONÇALVES, 2006).

Esse movimento científico surgido nos Estados Unidos, ao lado de renomados cientistas como tinha o propósito de promover uma mudança de foco na Psicologia – a premissa não mais era o estudo de doenças e sim o estudo do que fazer para termos uma vida bem vivida. Esta perspectiva propõe uma nova ótica do foco da Psicologia, ao invés de uma reparação dos aspectos disfuncionais da vida para a ampliação de qualidades positivas, forças pessoais e virtudes (SELIGMAN, 2004).

Em uma experiência, na Escola Geelong, Seligman (2004, p. 45) afirmou que, “[...] educar filhos, hoje eu sei, é muito mais que corrigir o que há de errado com eles; é identificar e intensificar suas forças e virtudes, ajudando-os a encontrar o nicho onde possam exercitar ao máximo esses traços positivos [...]”. Para complementar essa afirmação, Seligman (2004) acredita que o sucesso na vida está atrelado às forças pessoais: “[...] não acredito que se deva dedicar esforço demais à correção das nossas fraquezas. Em vez disso, acredito que o maior sucesso na vida e a mais profunda satisfação emocional vêm do desenvolvimento e do emprego das suas forças pessoais [...]” (SELIGMAN, 2004, p. 28).

Para Csikszentmihalyi (1999), sua experiência no tocante, a Psicologia Positiva foi observar a reação dos indivíduos no período posterior a Segunda Guerra Mundial, intrigava-o compreender quais eram as forças que nutriam aquelas pessoas que mesmo diante da experiência de perderam tudo, conseguiam manter-se pessoas integras e caridosas, motivando outros, ainda que perante o caos (PACICO; BASTIANELO, 2014).

Csikszentmihalyi (1999), trouxe a teoria que denominou de FLOW, que se trata do conceito da experiência do fluxo, que de acordo com o mesmo, refere-se a experiências peculiares nas quais “[...] as pessoas descrevem a sensação de ação sem esforço experimentada em momentos que se destacam como os melhores em suas vidas [...]” (CSIKSZENTMIHALYI, 1999, p. 36).

Firma-se assim a Psicologia Positiva ser descrita como uma busca de conhecer, elaborar, efetuar e avaliar meios que viabilizem o desenvolvimento e o movimento positivo das pessoas, grupos e instituições (CINTRA; GUERRA, 2017).

Seligman (2004) aponta que, a Psicologia positiva está ancorada em três pilares: o primeiro trata do estudo das emoções positivas; o segundo pauta-se ao estudo dos traços positivos e o terceiro refere-se ao estudo das instituições positivas.

O primeiro pilar se imputa das emoções positivas que são satisfação, orgulho, realização, serenidade e contentamento no que tange ao tempo vivido passado. Em relação ao presente cita-se prazeres e gratificações; e em relação ao futuro, temos: fé, confiança, otimismo e esperança.

Para Seligman e Csikszentmihalyi (2000) a Psicologia Positiva possui três áreas de pesquisa científica nos níveis subjetivo, individual e grupal. No que concerne ao nível subjetivo, pauta-se na investigação das experiências subjetivas de valor, como satisfação e bem estar subjetivo; lembrando ser emoções positivas ligadas ao passado, otimismo e esperança; emoções positivas que estão no futuro, felicidade e flow presente no agora.

[...]O nível individual abrange as características individuais, ou seja, as forças e as virtudes que o indivíduo tem, como a capacidade de perdoar e amar o próximo. E no nível grupal, são consideradas as virtudes que contribuem para a sociedade e para o grupo como um todo, como a responsabilidade, a tolerância e o trabalho com a ética. Isto é, o nível subjetivo diz respeito ao sentimento da pessoa consigo mesma; o nível individual abrange os sentimentos individuais relacionados ao próximo; e o nível grupal diz respeito às virtudes individuais que refletem na sociedade. (BEDIN & ZAMARCHI, 2019, p. 550)

No entanto, a Psicologia Positiva acredita que simplesmente tirar alguém da depressão não significa necessariamente felicidade. Aí, entra esta nova ciência que tem ferramentas importantes no processo de levar a pessoa a um estado de felicidade. Importante salientar que a felicidade é uma busca, a pessoa precisa trabalhar para conquistá-la. Em resumo, a psicologia tradicional trouxe o cliente do ponto A (depressão) para o ponto B (não depressão). A Psicologia Positiva quer levar este cliente ao ponto C (satisfação).

Com o avanço das teorias, e das altas tecnologias do século XXI, chegou à pergunta mais apropriada: O que há de certo com as pessoas? Para Seligman (2002), as forças são traços morais e podem ser aprendidas e desenvolvidas por meio da prática, persistência, ensinamento e dedicação. Trazendo uma mudança na perspectiva, ao concentrar-se no positivo ao invés do negativo.

Abordando assim o funcionamento positivo da personalidade. A psicologia Positiva investiga a subjetividade, os traços positivos do ser humano. Busca levar os profissionais da área à adoção de uma postura mais apreciativa das potencialidades, provocando a investigação de eventos psicológicos como otimismo, altruísmo, espiritualidade, coragem, felicidade, esperança e satisfação.

Trata-se de uma ciência da experiência subjetiva positiva, das características individuais positivas e instituições positivas e que visa melhorar a qualidade de vida, prevenindo patologias que surgem quando a vida é árida e sem sonhos. O que contradiz o foco exclusivo na patologia que tem dominado muito nosso entendimento sobre a psicologia, o que até então resultava em um modelo do ser humano sem as características positivas que fazem a vida valer a pena. Cujas teorias e descobertas sugerem que a capacidade de experimentar emoções positivas pode ser uma força humana fundamental, central para o estudo da expansão do ser humano.

Em seu livro *Florescer*, Seligman (2011) traz como principal norteador da Psicologia Positiva: o bem-estar; que não se trata apenas de Positividade, mas sim um enfoque maior nas emoções positivas; uma investigação como ambas as emoções positivas e negativas contribuem para o bem estar e como se dá o bem estar na relação dos grupos e sistemas humanos.

Sob essa luz a Psicologia Positiva traz a perspectiva de ser a ciência cujo objeto de investigação é o bem-estar, cuja meta é colaborar para o aumento do florescimento, das emoções positivas, o engajamento, dos relacionamentos positivos e do engajamento.

A Psicologia Positiva é uma ciência que estuda o bem-estar e a felicidade. Segundo a pesquisadora russa radicada nos EUA, Sonja Lyubomirsky, a felicidade vem 50% da herança genética, 40% dependem de nossas escolhas, temos o poder de mudar e sermos mais felizes, pela forma como agimos e pensamos. Apenas 10% são por condições de circunstâncias de vida. (BAUER, 2019).

Bauer (2019) apresenta a pesquisa realizada por Barbara Fredrickson, em que o pensar ou ser positivo faz com que possamos ver os problemas de longe e assim ampliar as fronteiras. Isso acontece porque a tendência das emoções negativas é de restringir a

consciência. Emoções positivas resultam em melhores soluções dos problemas, ao passo que aumentam a criatividade. E apresenta em forma de equação.

Vejam a equação abaixo:

$$\frac{-}{\quad} 0 \frac{+}{\quad} >$$

Para aumentar a relação positiva podemos aumentar o número de experiências positivas em nossas vidas, ou podemos reduzir as experiências negativas. Barbara Fredrickson fala em seu livro “Positividade”, sobre maneiras como conseguir mudar sua vida e torná-la mais positiva.

1. Para aumentar a frequência positiva, destacam-se duas maneiras, como reduzir a ansiedade (denominador), seja através da terapia, do uso de medicamento, reduzindo sua exposição a situações consideradas intoxicantes (noticiários, jornais, mídia negativa). Não é viver alheia, mas apenas dosar a frequência e a quantidade desse tipo de informação, que não seja a toda hora. Pode-se também reduzir o cinismo, evitando relações superficiais, e o convívio com pessoas cínicas e negativas.

2. Outra maneira para aumentar a positividade (numerador) é usar propulsores positivos, ou seja, realizar atividades divertidas e prazerosas. Como por exemplo, passar mais tempo com quem se ama, ler um bom livro, assistir filmes, brincar, ter um hobby, conviver com pessoas engraçadas, assistir uma comédia, escutar música.

De acordo com Seligman, (2002), a psicologia positiva baseia-se em três pilares: (1) o estudo da emoção positiva, (2) o estudo dos traços e qualidades positivas, sobretudo força e virtudes, incluindo inteligência e capacidades físicas e (3) o estudo das instituições positivas como a escola, a família ou a liberdade. Na perspectiva que se ampara em entender o bem-estar afirma-se que a satisfação com a vida se desenvolve a partir de contextos de valores intrínsecos e extrínsecos, bem como de outros subjetivos e sociais.

5.2 Satisfação

Diferentes autores (McCullough, Heubner e Laughlin, 2000; Anguas, 1997 e Martinez e Garcia, 1994 in Albuquerque e Tróccoli, 2004, Diener, Lyubomirsky e King, 2005), conceitualizam a satisfação com a vida e mesmo o sentimento de felicidade num modelo dimensional tripartido, de: (1) a satisfação global com a vida, dimensão de julgamento cognitivo sobre algum domínio particular da própria vida, comparando as circunstâncias reais de vida e outro padrão ideal qualquer, isto é, uma avaliação sobre a vida de acordo com valores próprios (SHIN; JOHNSON, 1978, apud ALBUQUERQUE; TRÓCCOLI, 2004); (2) o afeto positivo, que é um sentimento hedônico expresso num determinado momento, como entusiasmo, interesse, alegria, felicidade ou prazer ativo, mais emocional que cognitivo; e (3) o afeto negativo, como sendo um estado transitório de emoções desagradáveis, como tristeza, aborrecimento, angústia, depressão, perda, ansiedade, inquietação ou outros sintomas aflitivos (FIGUEIREDO, 2009, p.123).

A satisfação de vida é representada pelo autorrelato de como a pessoa percebe a sua vida em relação ao presente, ao passado e às suas expectativas em relação ao futuro, em vários domínios. Para Lucas, Diener e Suh (1996), quando a pessoa avalia sua vida, o faz mediante sua vivência real, ponderando aspectos agradáveis e desagradáveis, chegando a um julgamento global de sua vida, com o mínimo de influência emocional no momento da avaliação (GONÇALVES, 2006, p.25).

Gonçalves (2006) define o bem-estar subjetivo como a ótica pela qual as pessoas mensuram seus aspectos emocionais, aos vários conteúdos dos domínios de satisfação com a vida e como fazem julgamentos de satisfação de vida. Sendo este formado por quatro subcomponentes: satisfação de vida (aspecto cognitivo sobre a situação atual e a expectativa do indivíduo em relação a seus objetivos), afeto positivo, afeto negativo (frequência de afetos positivos e negativos experienciados em um passado recente) e felicidade (preponderância dos afetos positivos sobre os afetos negativos).

Ben-Shahar (2015) coloca que a alegria pode ser aprendida, do mesmo modo como uma pessoa aprende a esquiar ou a jogar golfe: com técnica e prática. A satisfação compreende um constructo relativamente estável e de domínio cognitivo, o que permite ser dimensionado para ser instrumento de estruturação política, capaz de promover bem estar e saúde, além de permitir a adoção de medidas preventivas.

Como o panorama de toda a perspectiva que a Psicologia Positiva ocasiona é bem amplo, tomamos como estudo o impacto que a satisfação de vida proporciona para o desenvolvimento da nossa psique. Sendo que o conceito de bem-estar subjetivo não significa necessariamente saúde psicológica, ele é apenas um aspecto do bem-estar psicológico, sendo necessário, mas não suficiente para a pessoa estar bem na vida. Conforme traz o pesquisador Tal Bem-Sharar.

A satisfação é um subcomponente do bem-estar subjetivo e não pode ser considerado como felicidade. Neste sentido, Campbell (1976) atenta para discussão de como é importante que se perceba a diferença de concepções, uma vez que a satisfação está relacionada com a dimensão cognitiva do bem-estar subjetivo.

“Ao se caracterizar a medida de satisfação de vida como cognitiva, isto não quer dizer que nela esteja completamente ausente algum componente afetivo, ou seja, satisfação depende mais basicamente de processos mentais cognitivos do que de processos afetivos, emocionais.” (Campbell, 1976, p.119)

A percepção do sujeito em relação ao presente, passado e seus propósitos/expectativas em relação ao seu futuro, é a maneira que a satisfação de vida é representada. (GONÇALVES, 2006). De acordo com Lucas, Diener e Suh (1996), ao fazer um paralelo avaliativo de sua vida, a pessoa utiliza sua vivência real, mensurando experiências agradáveis e desagradáveis, o que colabora para um quadro de julgamento global de sua vida, considerando o mínimo de influência emocional no momento da avaliação. Gonçalves, (2006, p.25) apresenta a satisfação de vida e alguns domínios de satisfação, conforme figura 17:

Satisfação de Vida	Domínios de satisfação
Satisfação com a vida presente	Família
Satisfação com o passado recente	Trabalho
Expectativa de satisfação com o futuro	Saúde
	Lazer
	Emprego
	Renda
	Relacionamentos etc.

Figura13 - Satisfação de vida e domínios de satisfação

Para os pesquisadores: Shimmack e Oishi (2005), a observação é que ao fazer um autorrelato, as situações que as pessoas consideram para avaliar sua satisfação de vida, se

apoiam-se em informações de situações mais resistentes ao tempo, isto é, aquelas com características de longa duração temporal, ao invés daquelas que são temporariamente mais próximas.

Para Diener e Lucas (2000) a autoavaliação do sujeito passa por todos os aspectos da sua vida, onde se volta o olhar para as experiências ditas como coisas boas e coisas ruins também. Esse autorrelato sobre essa forma de olhar sobre quão satisfeita a pessoa está ou não está com sua vida, considera seus sentimentos, humores e suas experiências presentes no momento; no entanto, o que registramos na nossa história pessoal, o que fica na memória temos a inclinação em não mudar, principalmente na hora de avaliarmos a satisfação com a vida, explica o autor.

Acerca do grau de territorialidade, se possível assim se definir sobre como sentir a satisfação, temos 3 categorias: Satisfação de vida, que abrange o todo, traz suas aspirações ou expectativas; englobando saúde, educação, moradia, família, relações de amizade, relacionamentos amorosos, ganhos financeiros e etc. Na sequência; satisfação abrangendo a totalidade de cada domínio citado, como por exemplo: satisfação com o trabalho; satisfação com sua moradia, satisfação com os relacionamentos estabelecidos e etc. Por conseguinte: satisfação diante de elementos específicos de cada domínio de vida, tais como: satisfação com o endereço onde reside, satisfação do contato com os outros que compõem sua equipe de trabalho, satisfação com o usufruto de seus ganhos financeiros e etc. (GONÇALVES, 2006).

Neste sentido, fica evidente que satisfação e felicidade não são a mesma coisa, entretanto, se fizéssemos a pergunta: “Felicidade é a mesma coisa que Satisfação?”, muitas pessoas ficariam em dúvida e outras errariam a resposta.

Embora a resposta seja negativa, há uma relação entre elas, a medida que a pessoa pode estar satisfeita e não estar no momento experimentando felicidade, fará com que seja uma pessoa esperançosa. Sentir-se realizada vem da soma de estar experimentando Satisfação e Felicidade. Pessoas que se sentem infelizes, porém estão satisfeitas, estariam conformadas diante da vida; enquanto que as infelizes e insatisfeitas põem a prova sentimento de frustração (GONÇALVES, 2006), conforme figura 18.

	Satisfação	Insatisfação
Felicidade	Realização	Esperança
Infelicidade	Resignação	Frustração

Figura 14 . Relação entre satisfação e felicidade

5.3 Projeto Vencemos Juntos

Na Unidade Prisional de Guanhães foi desenvolvido um projeto, com a proposta de educação não formal, denominado: VENCEMOS JUNTOS, trata-se de uma ação para o acompanhamento coletivo dos custodiados que se interessam em participar dos exames nacionais: ENEM e ENCCEJA PPL, sendo este último fruto da presente pesquisa.

Valendo novamente ressaltar o fato de não haver escola dentro da unidade prisional, a característica principal do projeto VENCEMOS JUNTOS é que trata de uma ação educacional não formal. Gohn (2006) pontua-se a relevância da educação não formal, sendo esta para uma visão mais holística da educação. Reforça-se ainda que educação não formal não substitui a educação formal, mas poderá complementá-la conforme se aplica, o que promove uma comunidade educativa.

Embora as duas modalidades apresentem objetivos bem similares, a educação não formal tem peculiaridades próprias relacionados à forma e ao espaço em que se efetivam suas práticas.

Tal prática se reforça pelo fato de que a educação formal necessita de um espaço escolar institucionalizado, onde haja um currículo a seguir, cujo principal objetivo é promover a aprendizagem. O que em nada se agrupa com as características do VENCEMOS JUNTOS.

A pesquisadora Vieira (2005) apresenta a educação não formal como o processo educativo que se efetiva para além do ambiente escolar, o que inclui diferentes espaços, que podem ser institucionalizados ou não. Dessa forma, a educação não formal se define como a que promove aprendizagens múltiplas, com conteúdo curricular da escolarização formal, onde ironicamente; já que se trata de um espaço institucionalizado rígido, porém onde a educação rompe paredes, muros.

Os participantes do projeto VENCEMOS JUNTOS são custodiados que cumprem pena na Unidade Prisional de Guanhões, cujos perfis educacionais possibilitem a participação ao ENCCEJA PPL. Sendo eles dos regimes fechado e semiaberto, com idade de 20 a 54 anos, sexo masculino, sentenciados e provisórios.

Outro fator observado para essa seleção é a realização do Plano Individual de Ressocialização – PIR, que é elaborado a partir do estudo de caso, feito pela Comissão Técnica de Classificação – CTC, que é o colegiado multidisciplinar responsável por elaborar, dirigir, orientar, coordenar, controlar, analisar e acompanhar a evolução do Programa Individualizado de Ressocialização - PIR, zelando pelo cumprimento dos seus objetivos (RENP, 2016).

O Programa Individualizado de Ressocialização - PIR é o conjunto de propostas multidisciplinares estruturadas a partir do levantamento de informações relevantes relativas à vida e situação processual do preso, com vistas ao efetivo acompanhamento de sua trajetória pelo Sistema Prisional, com fulcro na rigorosa observância e desenvolvimento de ações voltadas para a perspectiva de reintegração do custodiado ao meio familiar e social (RENP, 2016).

As definições mencionadas constam no Regulamento e Normas de Procedimento – RENP, que tem como objetivo, conforme parâmetros legais e metodológicos, regulamentar atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Estadual de administração Prisional -SEAP, bem como padronizar procedimentos da rotina diária das áreas de atendimento ao preso e segurança das Unidades Prisionais subordinadas à Subsecretaria de Administração Prisional.

Atualmente a lotação fica em torno de 210 custodiados, sendo sua capacidade para 123, porém este quantitativo é alterado diariamente ficando o valor citado como uma média. A exceção do grupo para incentivo ao estudo autodidata, não há formalmente nenhuma oferta educacional.

Quais as possibilidades educativas existentes em ambientes em que os indivíduos ali colocados foram privados de sua liberdade? Seria a educação com pretensões formadoras de cidadania o remédio para acalmar o grande mal recolhido da sociedade e depositado nas prisões mal planejadas e superlotadas das realidades brasileiras? Estes são alguns questionamentos que nos fazem refletir até que ponto a inclusão na educação pode ser falada quando estamos tratando dos “excluídos socialmente.” (BARROS; ANTUNES; COSTA; ARAUJO, 2016, p 3).

Atualmente a situação no Brasil tem se agravado pela incompreensão dos direitos humanos e políticas efetivas que tornem real e efetivo o acesso à Educação. As pesquisas que abrangem a população carcerária, trazem inquietações que vão além do mundo acadêmico, escancaram uma sociedade marcada pelas mazelas sociais.

6 MÉTODO

A metodologia desta pesquisa é qualitativa e exploratória, pois permeiam características a ser correspondida às necessidades deste estudo, porque envolverá a compreensão de um grupo social, as percepções do sujeito e os mecanismos pelas quais elas agem e descrevem os fatos. Outro motivo da escolha da pesquisa qualitativa resulta do fato de que, com dados descritos, por meio da coleta direta do objeto de estudo, obtém-se a retratação da perspectiva dos envolvidos. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se atém a uma representação numérica, e sim, no estudo da compreensão de um grupo social, de sua organização, viabilizando uma visão mais aguçada para uma melhor compreensão do contexto.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14).

Já a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A exploração do tema consiste em realizar leituras e entrevistas exploratórias (SILVEIRA; CORDOVA, 2009), podendo-se aderir a outros métodos exploratórios a fim de uma análise mais minuciosa do objeto pesquisado.

Os sujeitos do estudo qualitativo são pessoas de determinadas condições sociais, pertencentes a determinados grupos sociais, com suas crenças, valores e significados; o objeto é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação (FIGUEIREDO, 2013).

6.1 Os Participantes

Os participantes da pesquisa foram 22 custodiados da Unidade Prisional de Guanhães – na cidade de Guanhães, localizada a leste de Minas Gerais, com faixa etária de 18 a 54 anos, que cumprem pena em diferentes regimes. Os critérios de inclusão dos participantes para participar foram estar inscritos para participarem da prova do ENCCEJA PPL ou já terem participado. E que concordaram com o termo de consentimento livre e esclarecido devidamente assinado.

6.2 Instrumento

O instrumento aplicado foi questionário com perguntas fechadas e perguntas abertas que se encontra no Anexo

6.3 Procedimentos

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) responsável pela realização dos Exames não realizou a prova no ano de 2020, havendo uma mudança em todo cenário mundial, afetados pela pandemia, causando diversas mudanças em variados setores.

Em razão disso a prova que comumente ocorre simultaneamente em todo país, no mês de setembro, neste ano de 2021 ocorreu no mês de outubro, sendo que o INEP realiza uma edição específica do ENCCEJA PPL para os adultos submetidos a penas privativas de liberdade. Definida a data, realizou-se a inscrição de cada participante.

Desta forma, foi realizado o cumprimento do protocolo relacionados à inscrição dos participantes no Exame, sendo importante ressaltar que a participação nesta atividade educacional não gera remição da pena, por se tratar de ser uma ação com comprovação limitada há dois dias.

Conforme o edital disponibilizado em abril de 2021 pelo Inep, as provas do Encecea PPL 2020 que previam as aplicações nos dias 13 e 14 de outubro de 2021 para os candidatos aos ensinos fundamental e médio, respectivamente. As inscrições, entretanto, deveriam ser realizadas entre 7 e 18 de junho. Antes disso, de 24 de maio a 4 de junho, era imprescindível que o responsável pedagógico, deverá ser indicado por cada unidade prisional.

Neste primeiro semestre, foi realizada uma reunião com a direção geral da unidade prisional, explicando a relevância da pesquisa, que envolveria os custodiados inscritos para a prova do ENCCEJA PPL e que em nada implicaria sobre gestão, e que o objeto de estudo será a satisfação dos custodiados, como domínio de cognição da Psicologia Positiva ao participarem do exame.

Pontuou-se o fato de que a pesquisa é relevante ao passo que poderá servir de norte para outros trabalhos desenvolvidos nesta e em outras unidades prisionais. Houve uma boa aceitação e permitido o acesso, fotografias e relatos em vídeos, caso se façam necessários, sendo garantida a preservação da identidade dos custodiados e desde que os mesmos permitam tais registros.

A abordagem inicial foi feita em grupo no início do ano de 2020, após autorização do diretor, fez-se duas reuniões, sendo cada reunião com doze participantes. Explicando fundamentação de uma pesquisa, o que atinge e como visa conhecer certas implicações psicológicas ocasionadas pelo exame (ENCCEJA PPL) a que irão se submeter. Inicialmente considerou-se que fossem ficar arredios e que pudesse haver recusa, no entanto foi totalmente diferente e todos aceitaram participar. Foi explicado que será por meio de questionário aberto, aplicado individualmente, resguardado o sigilo e que antes desse momento, o mesmo passará pelo comitê de ética.

Como era esperado, pela falta de ações que gerem remição da pena, houve questionamentos se essa colaboração irá gerar remição, ao que foi explicado que não. Que será uma contribuição a ciência. Importante para elaboração de projetos que contribuam neste momento em que se encontram cumprindo suas penas ou aguardando julgamento. A predisposição para contribuir com a pesquisa acadêmica ficou explícita.

O questionário desta pesquisa foi aplicado individualmente. Todos os custodiados inscritos para prova do ENCCEJA PPL aceitaram participar da pesquisa, tendo sido garantido anonimato e sigilo absoluto. Resguardou-se todos os princípios éticos de pesquisa com seres humanos. A realização desta pesquisa é relevante na medida em que fornece subsídios para ações que visam ampliar as ofertas de ações ressocializadoras na perspectiva da Educação e também da saúde emocional, bem como a vivência entre os custodiados dentro da unidade prisional.

6.4 Análise de dados

Foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (BARDIN, 2016) para categorização das respostas dos questionários em frequências simples e percentuais, em categorias *a posteriori*. A análise de conteúdo é um método consistente num conjunto de técnicas de

análise das comunicações, utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens que possibilitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção dessas 25 mensagens (BARDIN, 2016). Cujas etapas consistem em: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados e a inferência e a interpretação.

A análise de conteúdo remete a compreender, um ir além dos sinais e significados apresentados; condiz a uma tarefa de leitura nas entrelinhas do não-dito, do latente, do que está dito de forma do inconsciente/encoberto. A busca por essa compreensão, o contexto da mensagem e o contexto exterior remeteram a uma leitura atenta, provocando os caminhos dessa pesquisa para caminhos fidedignos dos dados coletados, numa proposta ativa de buscar esses significados encobertos, não ditos.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que fosse possível categorizar o perfil socioeconômico dos participantes que se encontravam recolhidos na Unidade Prisional de Guanhães, conforme estabelecido entre os objetivos específicos a pergunta inicial investigou a faixa etária dos participantes, conforme se observa no gráfico 19.

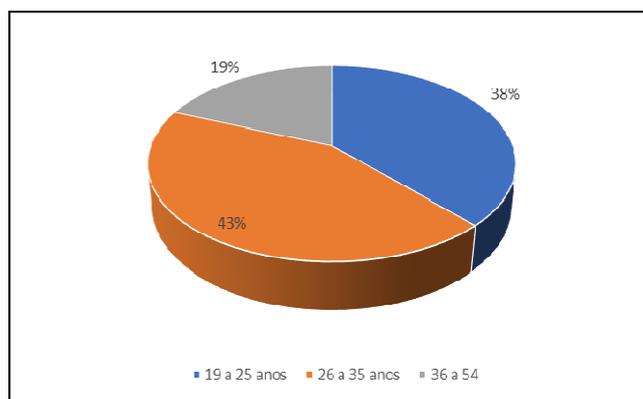


Figura 19 - Idade dos participantes

As respostas dos participantes mostram que a faixa etária entre 26 e 35 anos obteve a maior frequência de respostas, com 10 respostas (43%); a faixa etária compreendida entre 19 a 25 anos totalizou 8 respostas (38%); e 4 respostas (19%); para representar os custodiados com a idade entre 36 a 54 anos.

Estes resultados estão de acordo com a realidade nacional de que a maioria das pessoas hoje, recolhidas em unidades prisionais, são homens majoritariamente em idade economicamente produtiva (AGUIAR, 2008).

Ainda respondendo ao objetivo específico de categorizar o perfil socioeconômico dos participantes, observa-se, no gráfico 20, as respostas sobre a pergunta referente à autodeclaração sobre sua etnia, indagando se os custodiados se reconheciam como negros; morenos e pardos.

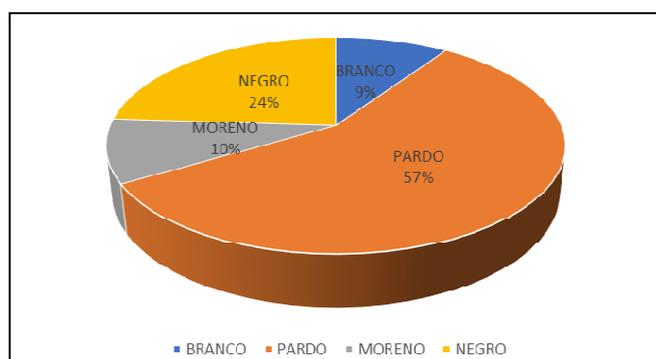


Figura 20 - Autodeclaração dos participantes sobre sua etnia.

Em relação à etnia, o gráfico 20 mostra que os resultados correspondem ao que apontam Pimentel e Barros (2020), pois 81% se reconhecem como negro ou pardos, enquanto somente 9% se autodeclararam brancos. Historicamente, a massa carcerária do Brasil segue um perfil muito homogêneo em geral, são homens jovens, negros e com baixa escolaridade ou nenhuma escolaridade. Dados apontam que em 2019, para citar o exemplo mais recente, os homens representaram 95,1% do total da população encarcerada.

Há no país uma tendência a homogeneidade da população carcerária. No Brasil, se prende cada vez mais, não há políticas de desencarceramento, sobretudo, cada vez mais se prendem pessoas negras. De acordo com o Infopen (2019) um total de 493.145 pessoas presas no Brasil tiveram raça, etnia e cor classificadas neste levantamento nacional de informações penitenciárias, deste total um montante de 64% se declararam negras, o que representa quase dois terços de toda população carcerária brasileira. No Brasil, 53% da população total se declara negra, 46% é branca e 1% é classificada como amarela, indígena e "outras". (IBGE, 2019).

A proporção de pessoas negras entre os mais fragilizados economicamente, cita-se também o analfabetismo, dentre inúmeros outros tantos indicadores, confirmam a magnitude das desigualdades raciais no Brasil (IBGE, 2019).

O gráfico 21 apresenta as respostas dadas sobre o estado civil dos participantes, sendo 62 solteiros; e 5% divorciados, como a menor representação. Os participantes que declararam serem casados e amasiados somam juntos um total de 19%; e 14%. Não conseguiram se enquadrar nas opções apontadas, assinalando “Outros”.

Os dados disponíveis para consultas no site do Infopen têm variáveis que são adicionadas ou subtraídas de um ano para outro. De forma que, informações sobre o estado civil da população masculina não foram localizados. (INFOPEN, 2019).

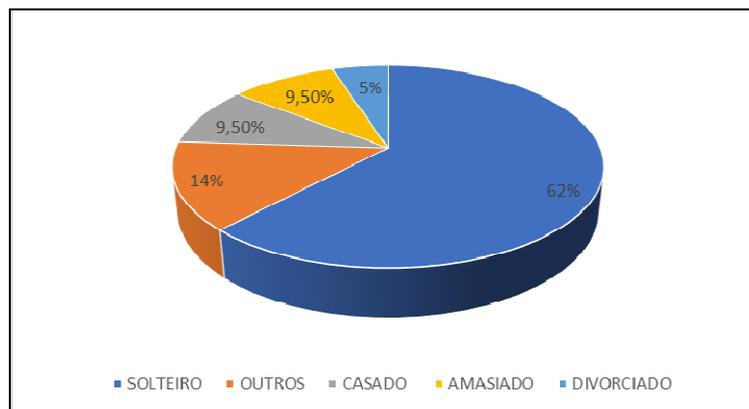


Figura 21 - estado civil dos participantes

A quarta pergunta do questionário, “Antes de vir preso, com quem você residia?”, apontou que 43% dos participantes residiam com companheira/companheiro; 38% com os pais; 10% com os avós e 9% moravam sozinhos. O gráfico 22 representa estas respostas, que

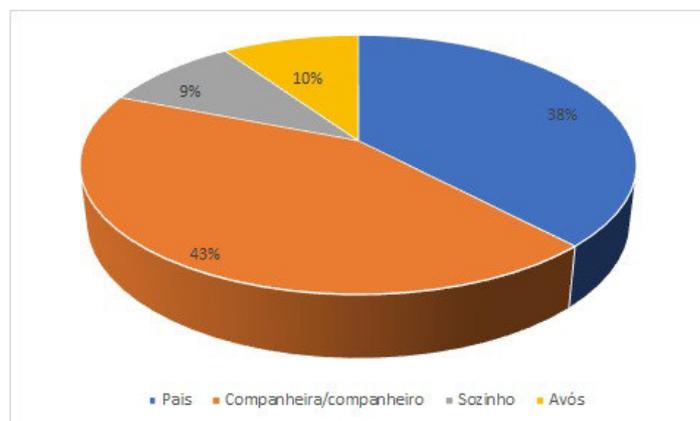


Figura 22 – Distribuição das respostas “com quem residiam”

Numa futura pesquisa seria interessante avaliar se há indicadores de bem estar subjetivo e satisfação conjugal para aqueles que mantiveram seus laços com o cônjuge. Uma vez que satisfação pode ser mensurada por diferentes domínios eleitos pela pessoa, que permitem uma proximidade acerca de seu bem estar subjetivo. (GONÇALVES, 2006)

Ao que tange o número de pessoas residindo na casa, 71% declararam que moravam com 1 a 4 pessoas, como representado no gráfico 23.

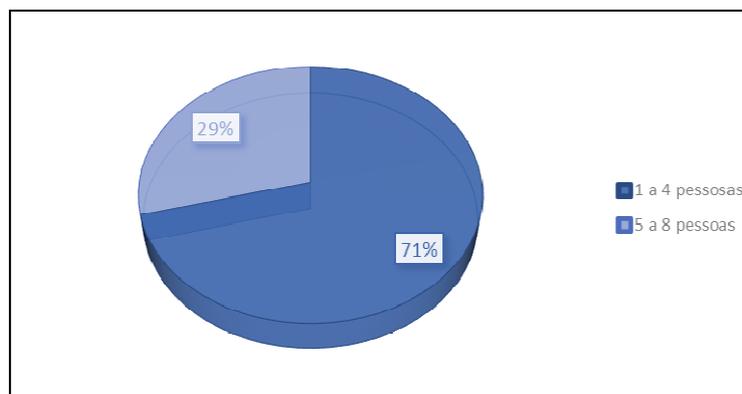


Gráfico 23 – Nº de pessoas nas casas onde residiam

A pergunta seguinte indagou aos participantes custodiados “Porque você abandonou a escola?”, objetivando conhecer o motivo de não terem concluído os estudos na medida em que agora estão interessados em concluí-los.

A tabela 3 mostra as respostas encontradas para esta questão do questionário.

Tabela 3: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Porque você abandonou a escola?”

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Trabalho	19	54,29
Drogas e/ou crime	9	25,71
Residia na zona rural	3	8,57
Falta de opção	3	8,57
Falta de interesse	1	2,86
TOTAL	35	100,00

As respostas dos participantes para a pergunta: “Por que você abandonou a escola?” obteve 5 categorias, e a categoria: “Trabalho” foi a de maior frequência de respostas, representando 54,29% da totalidade; destacando-se, como exemplo, as respostas: “Para ajudar minha mãe porque sou filho mais velho da casa e tive que parar”; “Quando eu podia, ia no máximo até o 2º bimestre do ano depois tinha que parar”; “ Para trabalhar e cuidar dos meus filhos”; “Por ter que trabalhar desde cedo, fazendo eu perder várias oportunidades de vida”; “...decidi largar os estudos e sair a procura de um serviço na cidade grande”; “As condições financeiras dos meus pais não eram das melhores, como eu trabalhava durante o dia e estudava a noite, isso se tornou muito cansativo e eu acabei abandonando a escola”; “Bom, como fui pai muito precocemente tive que abandonar a escola para dedicar ao trabalho por esse motivo que abandonei meus estudos”.

Estas respostas estão de acordo com o que apontam os autores. De acordo com PEREIRA (2019) O fracasso escolar é um dos alarmantes problemas da educação no país, principalmente ao que se refere a população pobre, além do alto índice de reprovações nos anos iniciais do fundamental, conduzem a evasão dos estudos, mas há que se considerar por outros fatores como: características individuais dos alunos e as condições financeiras da família.

A situação financeira da família e sua falta de estrutura é apresentada como um dos principais motivadores da evasão escolar, Muitos alunos deixam de estudar, para serem inseridos em situações precárias de trabalho mas que visem a complementação de renda da família. Ainda que inicialmente tentem estudar e trabalhar simultaneamente, o comum é que tenham que priorizar o trabalho. (PEREIRA, 2019).

A categoria Drogas e/ou crime foi composta por 25,71% da totalidade das respostas dadas pelos participantes, destacando-se as respostas: “Por causa do crime”; “Eu abandonei a escola porque comecei a envolver com o crime. “Porque comecei a usar drogas, por isso abandonei a escola, mas me arrependo demais, pois queria muito terminar meus estudos para ajudar minha família”; “Por uso das drogas”; “Por causa da “vida loca” matava aula pra vender drogas até que não fui mais a escola aos 14 anos de idade”; “Desde menor eu cresci e formei na boca de fumo”; “Pelo crime e as más companhia”.

As respostas dos participantes custodiados em relação ao abandono escolar pelo envolvimento com drogas e crimes corroboram com um estudo onde ficou constatado que as pessoas em tratamento de dependência química em relação à escolarização, 61% abandonaram os estudos nas séries do ensino fundamental, confirmando a evasão a partir da 5ª e 6ª anos, período que se inicia a adolescência (CARVALHO, 2009).

A precocidade do consumo de álcool e outras drogas estimula atitudes de risco à vida de uma forma global; pobre desempenho escolar; iniciação sexual precoce; atos de violência; tentativa de suicídio; aumentando o risco para o comportamento antissocial, o mau desempenho escolar, a violência interpessoal e o crime. (Moura, Priotto e Guerin, 2018).

A categoria: “Residia na zona rural”: atingiu um total de 8,57%; cita-se respostas como: “Pelo fato de morar numa zona rural, e conseguir emprego lá é muito difícil aí decidi largar os estudos e sair a procura de um serviço na cidade grande”; “Porque a escola era muito longe da minha casa eu ia a pé, mas gostaria de não ter parado”; “Parei porque morava na roça e também ajudava no serviço da roça”. Chegar até a escola é uma das causas para evasão escolar, pontua-se nas fases iniciais, quando a criança precisa de alguém que a acompanhe até o local, principalmente em áreas rurais, onde as distâncias são maiores e a estrutura de transporte mais precária.

Por fim temos as categorias: “Falta de opção”, com 8,57% e “Não quis mais estudar” com representatividade 2,86%.

A sétima pergunta do questionário “Você gostaria de não ter abandonado a escola? Por quê?” investigou como os participantes imaginam que estariam caso tivessem concluído seus estudos.

A tabela 24 evidencia as respostas dadas a esta perguntada.

Tabela 4: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Você gostaria de não ter abandonado a escola? Por quê?”

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Melhor emprego	6	20,69
Possuir diploma	6	20,69
Condição melhor de vida	11	37,93
Não se envolver com o crime	6	20,69
TOTAL	29	100,

A pergunta que investiga as motivações para o abandono escolar obteve 4 categorias, sendo a categoria “condição melhor de vida” a que se apresentou mais relevante dada a frequência de respostas, representando 37,93% da totalidade; cita-se como exemplos, respostas como: “Hoje sim. Porque talvez eu não teria este destino, já seria alguém bem sucedido”; “Sim eu gostaria de não ter abandonado os estudos apesar que eu tenho profissão, mas os estudos fazem falta para qualidade de vida das pessoas”. De acordo com Mantoan (2003) a escola no Brasil é marcada pelo insucesso e o abandono escolar de uma parcela considerável dos seus alunos, que são marginalizados pela falta de êxito, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão social, a alunos que foram vítimas de famílias desestruturadas e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. Fazendo uma ampliação da dificuldade em atingir melhores condições de vida.

A categoria “melhor emprego” e “possuir diploma”, receberam o mesmo percentual de respostas, sendo a frequência percentual de 20,69% cada uma de acordo com as respostas dos participantes, destacando-se para a categoria “melhor emprego”, as seguintes respostas: “Eu não gostaria de ter abandonado porque precisei muita das vezes de um grau mais alto de estudo para algum trabalho; “Gostaria de não ter abandonado porque eu poderia ter formado e ter arrumado um emprego melhor do que ajudante de pedreiro que é o que eu trabalho na rua”; “Sim, pois se tivesse terminado talvez tinha conseguido um serviço melhor...”; “Sim porque hoje eu vejo que faz falta até mesmo pra encaixar em certo tipo de emprego”.

Essa categoria se mostrou consonante com a categoria seguinte que abrange as respostas acerca de “possuir diploma”, com respostas como: “Eu não gostaria de ter abandonado a escola porque hoje eu sei a falta que um diploma faz!”; “... poderia já ter até feito um curso para ser um profissional”; “... eu voltaria para recuperar o tempo que perdi (nos estudos)”;

“Sim eu gostaria de não ter abandonado os estudos apesar que eu tenho profissão, mas os estudos fazem falta na vida das pessoas”; “Gostaria de ter estudado sim pois hoje sem estudar a vida no trabalho é mais complicada”; “Porque é um ensino que nos faz crescer na vida”.

O que aponta para o que nos traz Onofre e Julião (2013), a maioria das pessoas presas no Brasil vieram de classes sociais pobres, com baixo nível de instrução e pouco acesso ao mercado de trabalho. É possível avaliar que, tais fragilidades, são provenientes de uma escassez em suas necessidades básicas. A caminhada de vida dos privados de liberdade é tal qual à de pessoas que sofrem exclusão social e econômica. Sendo que a vida no cárcere, provoca sequelas físicas e de impacto em sua subjetividade.

Tendo a categoria “não se envolver com o crime”, obtido um percentual de 20,69%, com os seguintes exemplos de respostas: “Sim, porque hoje vejo que a vida poderia me proporcionar outros meios de sobrevivência, tratando assim de não me envolver com o

crime”; “Sim. Porque talvez eu não estaria preso”; “Sim, pois a escola me ajudou demais pois quando eu sai da escola até o diretor foi na minha casa me chamando pra voltar pra escola, mas eu estava na vida do crime, aí não quis voltar, mas se eu tivesse outra oportunidade eu voltaria para recuperar o tempo que perdi”; “Sim. Gostaria de ter concluído meus estudos assim talvez uma realidade diferente do que vivo hoje com o crime e me arrependo muito”; “Sim, as vezes hoje nem estaria preso, pois teria mais oportunidade”.

Isso aponta para o que nos traz Mantoan (2003) que coloca que a inclusão é capaz de provocar uma ressignificada a identidade do sujeito.

O gráfico 25 apresenta a resposta sobre o nível de escolarização dos custodiados da unidade prisional de Guanhães, participantes da pesquisa. Ao que tange ao nível de formação, como podemos observar, majoritariamente a maioria dos participantes cursaram apenas até o Ensino Fundamental, representando um total de 60% das respostas.

Pesquisas indicam que apesar de ingressaram na escola aos 6 anos de idade, há um volume considerável de abandono escolar no sexto ano do Ensino Fundamental, sendo neste caso o desinteresse fator preponderante. Sendo essa fase do Ensino Fundamental antes denominada 5ª série, o que constitui em ponto de estrangulamento da educação, faz-se a ressalva que o desinteresse pela escola não é ponto exclusivo da massa carcerária. Sendo a falta de motivação um dos fatores que identificam o mundo atual e que a falta de estrutura das escolas não acompanhou. (ONOFRE E JULIÃO, 2013)

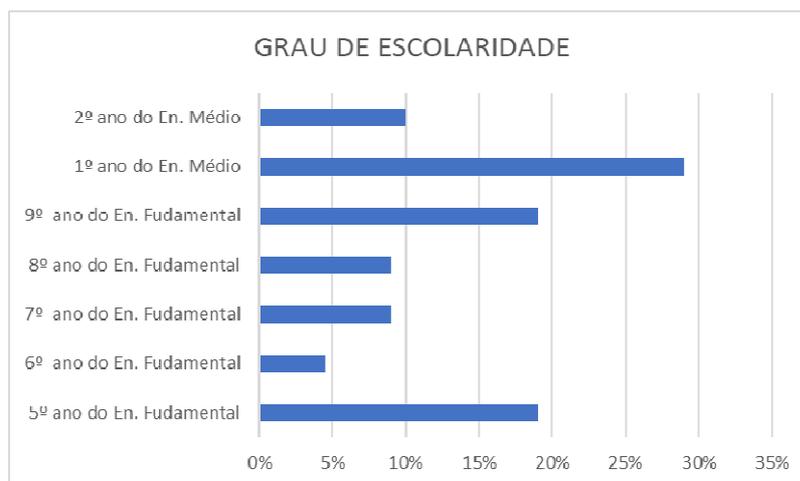


Gráfico 25 - Nível de escolaridade dos participantes

Tabela 5: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Você está satisfeito em participar do ENCCEJA PPL? Por quê?”

CATEGORIAS	Frequência Simples	Frequência Percentual
Concluir os estudos	12	46,15
Relações interpessoais	2	7,70
Desenvolvimento pessoal	12	46,15
TOTAL	26	100,

A pergunta contida no questionário que verifica o nível de satisfação ao participar do ENCCEJA PPL e o porquê, teve suas respostas categorizadas da seguinte maneira: Concluir os estudos; relações interpessoais e desenvolvimento pessoal.

A categoria concluir os estudos atingiu o percentual de frequência de 46,15%; dando destaque para algumas respostas como: “Para subir no ensino do grau que tenho que é 4ª série”; “Sim. Porque se eu obter um bom resultado testando na pontuação, eu já concluo o ensino médio e quem sabe ganho uma oportunidade de cursar uma faculdade”; “estou sim, pois é uma oportunidade que eu estou tendo de estar recuperando meus estudos”; Sim, pois sei que o estudo me faz falta por isto fico muito feliz em estar tendo essa oportunidade”. Isso nos aponta o desejo intrínseco do sujeito de ser incluído na educação, o que corrobora com Mantoan (2003) a integração e inclusão é completa e sistemática.

Na sequência das respostas temos a categoria de desenvolvimento pessoal, com o percentual semelhante ao anterior, atingindo 46,15% citando respostas como: “Estou satisfeito porque tenho a intenção de aprender um pouco mais “Sim, porque talvez poderia me ajudar mais na frente”; “Estou sim, porque para mim vai ser uma coisa nova diferente”; “Sim, eu quero aprender muito com isto”; “Estou muito satisfeito é o que eu preciso nesse momento que estou preso para melhorar meu desempenho”. Destaca-se para a resposta: “Estou satisfeito porque, estou ocupando o tempo que cumprio pena...” Csikszentmihalyi (1999) afirma a possibilidade de muitas coisas boas para se fazer, cujo impedimento é restrito a falta de imaginação. Essa permissão poderá nos impulsionar o interesse para se viver a vida por si mesma. Ao identificar metas compatíveis com suas habilidades e com feedback imediato de seu desempenho poderão atingir, segundo Csikszentmihalyi (1999) o florescimento.

A categoria Relações Interpessoais 7,70% (F-2) com respostas: Sim, pois poderá me dar mais uma chance de me redimir com a sociedade e assim tendo um meio mais justo e digno de viver”; “Sim é uma oportunidade ótima e vai ser bom pra gente viver na sociedade”, demonstra que tal interesse se traduz com Csikszentmihalyi (1999), a convivência social saudável, proporciona experiências prazerosas e mais satisfeitas. As relações sociais positivas são necessárias para o bem-estar. Seligman (2004).

A décima pergunta do questionário “Você já participou do Projeto VENCEMOS JUNTOS que era desenvolvido antes da pandemia no Presídio de Guanhães? Busca-se identificar quais participantes da prova do ENCCEJA PPL já estiveram em reuniões do projeto. As respostas foram agrupadas nas categorias: Sim e Não, conforme gráfico 27. Sendo que 67% já participaram.

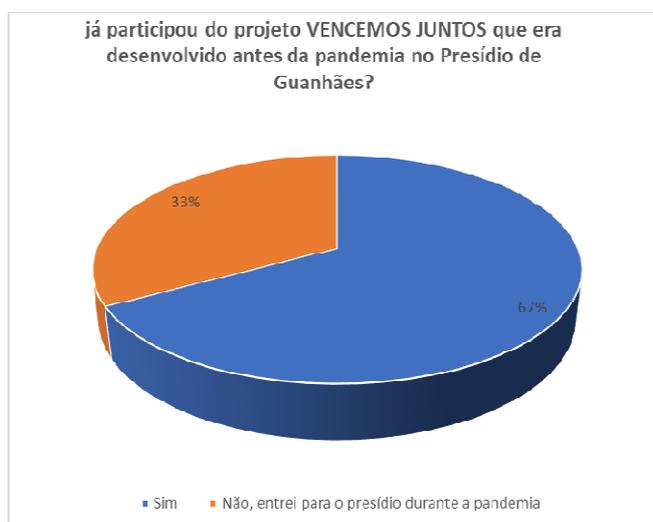


Gráfico 27 - Envolvimento com o Projeto VENCEMOS JUNTOS

Tabela 6: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Como você se sentia em participar do Projeto VENCEMOS JUNTOS?”

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Satisfeito	20	68,96
Insatisfeito	2	6,89
Não sei dizer	7	24,14
TOTAL	29	100,

A pergunta: “Como você se sentia em participar do Projeto VENCEMOS JUNTOS, busca avaliar a representatividade que o PROJETO VENCEMOS JUNTOS teve para aqueles participantes que puderam participar, o que representava um total de 67% dos entrevistados que responderam positivamente a essa questão, conforme se apresenta no gráfico 27.

As justificativas referentes a como se sentiam em participar do grupo foram agrupadas nas seguintes categorias: Satisfeito, Insatisfeito e Não sei opinar na Tabela 28. Sendo a categoria “Não sei opinar” com 24,14% com total de 7 respostas.

A categoria onde se apresentaram como Satisfeitos, com 68,96% traz respostas como: “Eu me sinto muito bem”; “Eu obtive essa chance e gostaria de me envolver mais”; “Muito feliz pois ali nos ensinava que se uníssemos para ir em frente todos venceríamos juntos”. Tal percepção vai de encontro com o conceito trazido por Seligman (2002) que as forças são traços morais, aprendidos e desenvolvidos com a prática e persistência.

Ainda na categoria dos que se declararam satisfeitos, destaca-se as respostas onde se atinge a convivência com os outros participantes do grupo: “Me sentia bem pois mesmo nesse local podíamos de certa forma encontrar união nos demais”; “Eu gostava de ter o grupo”. Confirma o entendimento trazido por Moraes (2018) no nível grupal as contribuições para que os indivíduos se tornem cidadãos melhores, focando em responsabilidade, altruísmo, tolerância e etc. Reforça-se ainda que uma das principais fontes de satisfação é a interação social e o fortalecimento (resgate) de laços sociais, nas atividades que são realizadas em grupo (GONÇALVES, 2006).

Os categorizados como Insatisfeitos, com a representatividade de 6,89% trouxeram duas respostas sendo elas: “Achava difícil”; “Não obtive conhecimento”.

Tabela 7: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Você está satisfeito com a oferta para educação durante o cumprimento da pena?”

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Satisfeito	23	71,87
Insatisfeito pela falta de remição	3	9,37
Insatisfeito pela dificuldade	5	15,62
Não sei dizer	1	3,12
TOTAL	32	100,

Houve um impasse acerca da percepção dos participantes acerca do que representa um oferta educacional, conforme se observa na tabela 29, a pergunta presente no questionário era: “Você está satisfeito com a oferta para educação oferecida a você durante o cumprimento da

pena? Por quê?” A intenção enquanto pesquisadora era de levantar a questão sobre oferta da educação formal, por exemplo com salas de aula, porém nenhum dos entrevistados quis pontuar essa questão e diante desse posicionamento, optei por não falar de forma mais aclaradora, para evitar interpretações que pudessem levar a conflitos no interior da unidade prisional. No entanto pode-se interpretar que os dados obtidos não coadunem com a realidade.

Há ainda a possibilidade de que para os entrevistados, ações como a participação nos exames nacionais (ENCCEJA e ENEM) sejam ofertas inclusivas de educação.

A categoria Satisfeito, obteve um percentual de 71,87%, com F – 23, destaca-se respostas como: “Estou porque traz para mim mais um benefício”; “Ocupa minha cabeça”; “Sim, para que eu possa assim tendo mais um motivo de mudança de vida”; “Sim. Nessa vida passe o tempo que for você sempre vai estar aprendendo coisas novas e nunca vai ser tarde, até para uma vida melhor”.

A categoria Insatisfeito pela falta de remição, apresentou um percentual de 9,37%.

A categoria Insatisfeito pela dificuldade, com representatividade de 15,62% traz a percepção da falta da educação formal, conforme se observa nas respostas: “Não porque aqui não tem escola pra podermos estudar”; “Não, pelo fato de não termos a orientação de um professor”; confirmam o amparo urgente e necessário a garantia de direito ao acesso à Educação. (AGUIAR, 2008). E a necessidade de expandir para além de programas temporários de educação, conforme é trazido por Onofre e Julião (2013); ao relatar que não basta o sujeito ser atendido por diversas ações isoladas, o ideal é promover um processo educativo contínuo.

Tabela 8: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Existe alguma atividade na up que te deixe satisfeito?Qual ?

Categorias	Frequência Simples	Frequência Percentual
Artesanato	8	32,00
Obras	9	36,00
Estudos	2	8,00
Não participo	6	24,00
TOTAL	25	100,

Observa-se pela tabela 30 que a maioria dos participantes se encontram envolvidos com alguma atividade laboral na unidade prisional, sendo potencialmente atividades relacionadas ao trabalho. Todos os inseridos em atividades se disseram satisfeitos. As respostas foram divididas em Artesanato; Obras; Estudos e um percentual de 24,00% não estão inseridos.

Sobre os que no momento da entrevista não se encontravam inseridos, as respostas apontam para o desejo de serem incluídos, atenção à resposta: “Não, porque não tenho remição e estou no semiaberto e minha família não tem condições de mandar linha para entrar no artesanato”, aponta para mais uma exclusão. Emergindo a condição financeira do sujeito para ser inserido em uma atividade laboral, reafirma o perfil da pessoa presa como aquele que vive em situação precária de pobreza. (AGUIAR, 2008)

Para a categoria Artesanato como uma atividade na qual está inserido, que recebe um percentual de 32,00%; destaca-se respostas como: “Sim, artesanato, pois quando estou fazendo os tapetes minha mente fica mais calma e eu me esforço bastante para cada dia eu aprender mais”; “Sim, o artesanato, mas sinto falta de poder estar aprendendo mais com a educação e cursos técnicos”.

A categoria Obras, obteve uma representatividade de 36,00% e a categoria Estudos um percentual equivalente a 8,00%.

Tabela 9: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Como você se sente quando desempenha essa atividade ?

CATEGORIAS	Frequência Simples	Frequência Percentual
Satisfeito e útil	7	29,17
Satisfeito e feliz	10	41,66
Remição	1	4,16
Não desempenha, mas gostaria	6	25,00
TOTAL	24	100,

A pergunta de número 14: “Como você se sente quando desempenha essa atividade”; investiga dentre os que estão inseridos o seu posicionamento, para isso foram organizadas em 4 categorias: “**Satisfeito por se sentir útil**”; “**Satisfeito e feliz**”; “**Satisfeito pela remição**” e aqueles que disseram que “**não desempenham mas gostaria**”.

A categoria dos que se identificaram **Satisfeito e útil**, com total de 7 respostas, o que representa 29,17%, emitiram respostas como: “Me sinto uma pessoa útil”; “Eu me sinto útil, mesmo sendo um simples detento estou procurando a melhoria e segurança para a sociedade”.

A categoria **Satisfeito e feliz**, atingiu um percentual de 41,66%, numa frequência de 10, com respostas íntimas que traduzem a vivência durante a prisão: “Tranquilo pois assim me distraio e consigo me focar em coisas mais produtivas”; “Me sinto que cada vez mais vou me capacitando para estar conseguindo ultrapassar as barreiras que aparecem”; “Eu me sinto menos afogado, me dá uma sensação de liberdade, e me ajuda a ficar menos angustiado, pois não é fácil ficar 24 horas por dia na tranca, então estando trabalhando a gente ocupa a mente, e não fica tão bolado”.

Apenas 1 (um) dos entrevistados apontou sua satisfação pelo fato de receber através do trabalho **remição** da pena, o que equivale a 4,16%.

Um total de 25,00% relata que não desempenha nenhuma atividade.

As respostas apontam para um caminho de melhoria na qualidade de vida dos custodiados, à partir dessa demonstração de que ao estarem envolvidos, produtivos em atividades, ainda que dentro da própria unidade, traz o que Seligman (2004) descreveu dentro dos pilares da Psicologia Positiva, no que imputa o pilar das emoções positivas; dentre elas a satisfação. É de encontro com a premissa da Psicologia Positiva que busca potencializar, efetuar e avaliar caminhos que possibilitem o desenvolvimento positivo das pessoas, grupos e instituições (CINTRA; GUERRA, 2017).

Tabela 10: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “No futuro o que representa ser aprovado no ENCCEJA PPL?”

CATEGORIAS	Frequência Simples	Frequência Percentual
Inclusão	11	39,29
Oportunidade de trabalho	5	17,86
Valorização pessoal e familiar	10	35,72
Não soube opinar	2	7,14
TOTAL	28	100,

A décima quinta questão: “Para sua vida futura, o que representa ser aprovado no ENCCEJA PPL?”, teve como finalidade pesquisar as emoções ligadas ao tempo futuro. Que está no primeiro pilar da Psicologia Positiva, onde Seligman qualifica as emoções positivas. Sendo que em relação ao futuro temos: fé, confiança, otimismo e esperança (SELIGMAN, 2004).

As respostas apresentadas pelos participantes foram categorizadas em: “**Inclusão**”; “**Oportunidade de trabalho**”; “**Valorização pessoal e familiar**” e um percentual de 7,14% não souberam opinar. De acordo com Seligman e Csikszentmihalyi (2000), ao que deram a nomenclatura de níveis subjetivo, são as experiências de valor, como satisfação e bem estar subjetivo; sendo que essas emoções positivas estão ligadas ao passado, ao futuro e presente no agora.

Inclusão; soma-se o maior número de respostas, atingindo um percentual 39,29% o que equivale a frequência de 11 respostas; cita-se respostas como: “Uma porta para uma futura faculdade”; “Uma oportunidade muito boa para abrir a minha mente e vai me ajudar muito porque só estudei até o 1º ano do ensino médio”; “Uma alegria, pois sair formado daqui será muito bom pra mim, poder fazer um vestibular”. É trazido emoções positivas que demonstram esperança e otimismo.

Na categoria: **Oportunidade de trabalho**, o percentual apresentado foi de 17,86%; com exemplos: “Trabalhar e ajudar minha mãe a cuidar dos meus irmãos pois ela é solteira e não tem ninguém pra ajudar ela só eu mesmo que sou o mais velho”; “Representa uma conquista, que devido a isso mais portas são abertas pra gente no mercado”; “É sair e voltar a vida de antes, continuar o nosso trabalho, sem o trabalho não somos nada e também estudar”.

A categoria **Valorização pessoal e familiar** são destacadas as seguintes respostas: “Representa tudo na minha vida!”; “Procurar ajudar minha família”; “Ser uma pessoa do bem”; “Ter algo melhor na vida”.

Sob o olhar do funcionamento positivo da personalidade, certas potencialidades podem ser apreciadas a partir desse fenômeno.

A última questão expostas aos participantes, tratou de uma abertura para manifestação voluntária, para que os custodiados apresentassem questões que considerem relevantes e que gostariam de acrescentar, uma forma de dar voz, um momento onde não fosse preciso solicitar autorização para falar, livre do “Sim; senhor,” e “Não; senhor”, imposto pelas regras de tratamento dentro de uma unidade prisional.

Tabela 11: Frequências e percentuais das categorias referentes à pergunta: “Você gostaria de acrescentar alguma coisa ?

CATEGORIAS	Frequência Simples	Frequência Percentual
Educação/trabalho - remição	9	40,91
Gratidão e esperança	7	31,82
Não quis opinar	6	27,27
TOTAL	22	100,

Conforme se observa na tabela 33, dividindo as respostas em duas categorias sendo que a primeira categoria: **Educação/Trabalho-Remição**, com frequência de nove respostas, um percentual de 40,91%, surge como um pedido de garantia de direito e que reafirma a demanda nacional de inserção em atividades. De acordo com dados do INFOPEN (2020) uma parcela mínima tem acesso a inclusão, embora reconheça sendo uma peça essencial na transformação e ressocialização progressiva.

A segunda categoria: **Gratidão e esperança**, com percentual de 31,82%, trouxe respostas como: “Acrésceteria que é bom pensar em oportunidade para quem quer recomeçar grande, talvez um projeto com uma boa oportunidade e um projeto”; “ Esse projeto nos passa uma sensação de ser útil para a sociedade, de alguma forma para pessoas que trabalham estudando os seres humanos como psicóloga, pois eles veem que mesmo sendo detentos temos algum resultado para a sociedade”, “Sim eu gostaria de acrescentar, porque indiferente de estar privado da minha liberdade, esse tempo que eu me encontro preso está servindo com um aprendizado, tá sendo bom pra que eu possa refletir um pouco mais sobre a minha vida, e aprender a valorizar as coisas boas”, “O que tenho a dizer que foi a melhor coisa que inventaram pra o preso, eu acredito que tira o foco de muita coisa que estaria carregando na mente”; “Sim. Tudo isso é uma oportunidade na vida que eu não tive e muitos não tiveram”; “Só agradecer essa grande oportunidade de concluir meus estudos”.

Tais respostas, denotam o que Gonçalves (2006) descreveu como sendo a satisfação de vida, aspecto cognitivo sobre a vida no agora e as expectativas do indivíduo em relação aos seus objetivos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que investiga questões ligadas ao sistema prisional traz sensações que se expandem as inquietações do universo acadêmico. Tocar a realidade que envolve um mundo peculiar, intramuros, através das entrevistas com as pessoas privadas de liberdade e o contato com profissionais que atuam cotidianamente com a realidade do sistema prisional, provoca mal estar, estar cara a cara com tanta desigualdade social e amputações de direitos.

Ainda mais que podemos acompanhar nas redes sociais, jornais e noticiários de televisão informações de crimes cometidos por membros pertencentes a camadas sociais de maior poder aquisitivo, que ficam impunes. Ao passo que crimes de práticas ilícitas de menor potencial ofensivo são punidos com todo o rigor da lei.

A proposta de educação como uma medida ressocializadora, necessita ser urgentemente levada a ações eficazes. Vista pelos estudiosos como uma medida para recuperação da autoestima e cidadania da pessoa em conflito com a lei. Considerando outra possibilidade de formar “corpos dóceis”; grupo de pessoas disciplinados e vivendo à ordem social. Por aqui, entendo que vá além; reintegra. Ressignifica. Cria a identidade tão degastada durante a vida no cárcere.

Os relatos trazidos pelos participantes sobre como percebem a prática escolar, ao mesmo tempo como possibilidade de remição da pena, apontam para a possibilidade de um futuro diferente através do acesso à Educação.

A educação como direito fundamental previsto na legislação, não é a realidade que chega aos apenados. A realidade reforça a lógica da exclusão, das desigualdades sociais, famílias desestruturadas e políticas públicas direcionadas a conveniência e oportunidade.

A família carrega sua parcela de responsabilidade acerca do abandono escolar, como vimos em resposta sobre sua desestruturação, necessidade de complementação de renda por falta de recursos financeiros. Além de ter famílias que apresentam sérias demandas de problemas afetivos que muitas vezes impedem de acompanhar a vida escolar do filho.

“A educação é uma forma de intervenção com mundo.” (FREIRE, Paulo, pág. 98).

O indivíduo privado de liberdade necessita de meios que oportunizem o retorno a vida em sociedade, vendo a vida sob uma nova ótica, com novas perspectivas. Uma inclusão educacional bem sucedida promove o crescimento pessoal e o desenvolvimento positivo dos indivíduos, permitindo que se vejam como cidadãos do mundo, com visão crítica e próxima de questões sobre a existência humana de forma integral.

A Psicologia Positiva colabora em responder a esses questionamentos permitindo ao sujeito preso ver além dos seus muros, colaborando para a construção de sociedades que gerem florescimento.

Os resultados apresentados corroboram as afirmativas de que os vínculos familiares promovem experiências mais significativas da vida, uma vez que, é o primeiro contato que se tem com o mundo social e, a qualidade de vida e do bem-estar subjetivo depende do sucesso das relações familiares, mesmo que haja inúmeros conflitos cotidianos entre o sujeito e seus familiares, a família representa uma relação de apoio especial.

As pontuações trazidas, se formam em atos pontuais de reflexão, quando nos coloca diante do tema educação nos sistemas prisionais, na perspectiva do protagonismo do indivíduo, que o capacite a tomar sua vida nas próprias mãos e autonomia em suas escolhas, que lhe permita continuidade na formação acadêmico e profissional, para que seja inserido num mercado de trabalho remunerado de maneira justa, que permita viver sua cidadania.

O estudo aqui apresentado foi traçado com o intuito de mensurar verificar a satisfação dos indivíduos privados de liberdade, à partir de uma ação (isolada) de inclusão educacional. O referencial teórico utilizado foi o da Psicologia Positiva que coaduna os sentimentos

positivos, como satisfação, felicidade e esperança e valoriza o exercício das forças e virtudes pessoais (SELIGMAN 2004).

As respostas acerca do nível de satisfação em algumas situações expostas aos entrevistados confirmam com o referencial teórico acolhido nesta pesquisa que apontam como certas experiências podem influenciar positivamente na motivação e felicidade. Apontando que mesmo dentro da sociedade alheia, numa vida intramuros é possível que relações interpessoais, com propósitos podem tornar o dia a dia mais agradável prazeroso, promovendo o bem-estar e satisfação.

Quero encerrar com um relato vivenciado durante uma das reuniões do projeto VENCEMOS JUNTOS: **“Era dia de entrega de livro no projeto; um dos participantes levantou o livro que recebeu com os olhos chorosos; pediu permissão pra falar: - Recebi agora um recado de Deus... (o livro de Ciências, pela mais inacreditável das coincidências havia sido usado pela filha dele no ano anterior e trazia sua assinatura e um: Papai, eu te amo)”**.

9 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. **Diversidade do público da educação de jovens e adultos: a EJA nas prisões 2008/2009**. Projeto (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2008.
- AQUINO, Y. A. M. & AZEVEDO, L. F. V. **O cárcere e a assembleia legislativa provincial mineira**. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 958-985 Vol. 14 N3, 2018
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo, ed. 70, 2016. 3ª reimpressão da 1ª edição de 2016.
- BARROS, R. S. C.; ANTUNES, T. C. S., COSTA, M. V. G.; ARAUJO, P. C.A. (). **Educar os excluídos: a educação prisional como ferramenta para a ressocialização**.
- BAUER, S. – **Introdução à Psicologia Positiva**. 1ª ed. Belo Horizonte: CSB, 2019
- BEDIN, L. M., & ZAMARCHI, M. (2019). **Florescimento no trabalho**: Revisão integrativa da literatura. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 19(1), 549-554. doi: 10.17652/rpot/2019.1.15093
- BRASIL. **Lei de Execução Penal LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**. Disponível em: <lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. >. Acesso em 24 de jun. de 2019.
- _____. **Lei n 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, 21 de dez. 1996
- _____. **Lei Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diário Oficial da União, 5 set. 1962.
- _____. **Recomendação Nº 44 de 26/11/2013**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/portaria-44-cnj.pdf>>. Acesso em: 24 jun. de 2019>.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988
- _____. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- _____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório estatístico/analíticos do Sistema Nacional de Informação Penitenciária - Infopen**. Brasília, DF, 2012.
- _____. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 1.777, de 9 de setembro de 2003**. Institui o Plano Nacional Saúde no Sistema Penitenciário. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 set. 2003. Seção 1, p. 39-43.
- _____. **RESOLUÇÃO Nº- 03, DE 11 DE MARÇO DE 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&Itemid=30192>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 24 jun. de 2019.

CAMARA, R. H. **Gerais:** Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), jul - dez, 2013,179-191.

CAMPBELL, A. (1976). **Subjective measures of well-being.** *American Psychologist*, 31, 117-124.

CARVALHO et al. **O Uso de Bebidas Alcoólicas pelos Adolescentes:** fatores predisponentes e consequências. 2019, 48 f. Monografia (Graduação) de bacharel em Enfermagem, Área de Ciências Biológicas da Saúde da Universidade Vale do Rio Doce.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

CINTRA, C. L.; GUERRA, V. M. **Educação Positiva:** A aplicação da Psicologia Positiva a instituições educacionais. *Psicologia Escolar e Educacional*. São Paulo, v. 21, n. 3, p. 505-514, set/dez. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v59n1/v59n1a08.pdf>>. Acesso em: 09 de ago. de 2021.

CSIKSZENTMIHALYI, M. A descoberta do fluxo: **A psicologia do envolvimento com a vida cotidiana.** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CSIKSZENTMIHALYI, M. Disponível em: <<https://bityli.com/9zsrBQ>>.

FOUCAULT e a crise do sistema prisional brasileiro – disponível em: <www.https://annekls.jusbrasil.com.br/artigos/174590168/foucault-e-a-crise-do-sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em: 24 jun. de 2019

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva:** curso no Collège de France (1972-1973). Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2015a. (Coleção obras de Michel Foucault).

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014, p. 224.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa.** 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal,** participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GONÇALVES, Ednéia. Educação Como Direito Humano. In: YAMAMOTO, Aline et al. **CEREJA Discute:** educação em prisões. São Paulo: Alfasol: CEREJA, 2010.

GONÇALVES, S. M. M. TESE: **Mas, afinal, o que é felicidade? Ou quão importantes são as relações interpessoais para a concepção de felicidade em adolescentes?** Ano de obtenção: 2006.

HADDAD, Sérgio. Os Desafios da Educação Escolar e não Escolar nas Prisões. In: YAMAMOTO, Aline et al. **CEREJA Discute**: educação em prisões. São Paulo: Alfasol: CEREJA, 2010. P. 119-122.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Consultado em 8 de mar. de 2020

INFOPEN. **Depen lança Infopen com dados de dezembro de 2019**. disponível em: < <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/depen-lanca-infopen-com-dados-de-dezembro-de-2019>>. Acesso em: 09 de ago. de 2021.

KAFKA, Franz: **O Processo Romance**. Editor: Max Brod 1925

MARTINS, L. G.; MARTINS, E. C. M; SILVEIRA, A. M e MELO, E. M; São Paulo, v.23, n.4, p.1222-1234, 2014

MINAS GERAIS. **DECRETO 47795 DE 19/12/2019**. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=47795&ano=2019>>. Acesso em: 30 de jul. de 2021.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petropolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional**. Disponível em:< <https://www-hmg.saude.gov.br/acoes-e-programas/pnaisp/politica-nacional-de-atencao-integral-a-saude-das-pessoas-privadas-de-liberdade-no-sistema-prisional>>. Acesso em: 09 de ago. de 2021.

MONTOAN, M. T. E. **INCLUSÃO ESCOLAR : O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª edição São Paulo. Ed. Moderna 2003

MORAES, W. Dissertação: **Satisfação dos estudantes acerca das relações interpessoais no Instituto Federal de Educação**, Ciência e Tecnologia de Roraima, Campus Boa Vista. Ano de Obtenção 2018

MOURA, Priotto e Guerin - **ÁLCOOL: UMA DAS CAUSAS NA EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR DO ADOLESCENTE** Revista Valore, Volta Redonda, 3 (Edição Especial): 587-595., 2018

OLIVEIRA, Claudemir. **Seeds of Dreams Institue, um dos grandes estudiosos**. Disponível em: < <https://exame.com/blog/o-que-te-motiva/psicologia-positiva-8211-conheca-a-ciencia-que-busca-a-felicidade/>>. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

ONOFRE, E. M. C.; JULIÃO, E. F. **A Educação na Prisão como Política Pública**: entre desafios e tarefas. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013. Disponível em: < Revista Educação & Realidade (ufrgs.br)>. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

PACICO, C. J.; BASTIANELLO, M. J. As origens da psicologia positiva e os primeiros estudos brasileiros. In HUTZ, C. S. (Org.). **Avaliação em Psicologia Positiva**. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 56 - 78.

PEREIRA, Michele Cezareti. **Evasão escolar**: causas e desafios. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 02, Vol. 01, pp. 36-51. Fevereiro de 2019. ISSN: 2448-0959.

Pimentel, A. e Barros, B. W. (2020) **As prisões no Brasil**: espaços cada vez mais destinados à população negra do país. Anuário. Disponível em:<anuario-14-2020-v1-interativo.pdf (forumseguranca.org.br)>. Acesso em: 11 de out. 2019.

REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS) NO SISTEMA PRISIONAL. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012.

SANTOS, Bartira Macedo de Miranda. **A DEFESA SOCIAL, AS ESCOLAS PENAIS E AS RELAÇÕES DE PODER NO SISTEMA PUNITIVO.** Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1b356667c9a682f8>>. Acesso em 20 de nov. de 2020.

SANTOS, Bartira Macedo de Miranda. **As ideias de defesa social no sistema penal brasileiro: entre o garantismo e a repressão (de 1890 a 1940).** Tese apresentada no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **O Sistema Penal precisa ser reduzido.** O Estado do Paraná. Curitiba: Malheiros Editores, 2010.

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Plano Estadual de Educação nas Prisões.** Publicado em 17 de maio de 2012. Acesso em: 13 de abr. de 2017

SELIGMAN, M. (2011). **Florescer**: Uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar Rio de Janeiro: Objetiva.

SELIGMAN, M. E. P., & Csikszentmihalyi, M. (2000). **Positive psychology**: an introduction. *American Psychologist*, 55 (1), 5-14.

SELIGMAN, Martin (2002): **Authentic Happiness**: Using the New Positive Psychology to Realize your Potential for Lasting Fulfilment. Nova York: The Free Press.

SELIGMAN, Martin. Disponível em: < <https://bityli.com/rSAXyQ> >.

Sonja Lyubomirsky. Disponível em: < <http://drsonja.net/about-sonja/>>.

Tal Ben-Sharar. Disponível em: <<https://bityli.com/fuSelE>>.

TRINDADE, Rafael. **Foucault - Estado Policial.** Disponível em: <Foucault - Estado Policial • Razão Inadequada (razaoinadequada.com)>. Acesso em 09 de out. de 2021.

UNESCO. **Educando para a liberdade**: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília: Unesco, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001495/149515por.pdf>>. Acesso em: 11 de out. 2019.

VIEIRA, Valéria; BIANCONI, Maria Lúcia; DIAS, Monique. **Espaços não-formais de ensino e o currículo de ciências.** Ciência e Cultura, São Paulo, n. 4, Oct./Dec. 2005.

10 ANEXOS

Anexo A- Carta de Anuência



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Departamento Penitenciário de Minas Gerais

Memorando SEJUSP/DEPEN.nº 1281/2019

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2019.

Para: Angélica Pereira dos Santos

Núcleo de Pesquisa e Extensão - NuPE

Assunto: Autorização de pesquisa acadêmica em unidade prisional - Aline Paula e Silva.

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1450.01.0115240/2019-60].

Prezada Angélica,

Em atenção ao Memorando 44 (7582091), no qual encaminha solicitação de pesquisa acadêmica da Sra. Aline Paula e Silva, servidora efetiva no cargo de Analista Executivo de Defesa Social - ANEDS/Psicóloga na unidade prisional de Guanhães e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, cujo o estudo pretende medir a satisfação de vida que a pessoa privada de liberdade traz ao testar seus conhecimentos educacionais através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) a realizar-se no referido Presídio, informo a V.Sa. que fica autorizado a pesquisa na unidade solicitada, respeitado as condições de organização e segurança da unidade, devendo para tanto, reportar-se ao Diretor Geral, Sr. Daniel Rafa Sales Camargos, ainda que se tratando de servidora da unidade.

Atenciosamente,

RODRIGO MACHADO DE ANDRADE

Diretor Geral do Departamento Penitenciário de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Machado de Andrade**, Subsecretário de Segurança Prisional, em 20/09/2019, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Anexo B - Termo de consentimento livre e esclarecido

Termo de Consentimento

UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Mestrado em Educação Agrícola

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título: Satisfação em custodiados no processo de inclusão educacional em presídio no interior de Minas Gerais

Pesquisadores responsáveis: Mestranda Aline Paula e Silva

Orientadora: Prof. Dra. Sílvia Maria Melo Gonçalves

Participante,

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar., sob a responsabilidade da pesquisadora Aline Paula e Silva, aluna do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da UFRRJ e sob orientação da professora Dr^a Sílvia Maria Melo Gonçalves.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

1- O Objetivo deste instrumento é investigar a satisfação em pessoas que se encontram privadas de liberdade na Unidade Prisional de Guanhães, onde você cumpre sua pena neste momento, por participarem do processo de inclusão educacional através do **ENCCEJA**.

Você, de forma livre e voluntaria, está sendo convidado a responder um questionário elaborado com perguntas que abordam o tema. Estima-se 30 minutos para as respostas.

2 -Natureza e objetivos do estudo: Os objetivos específicos deste estudo são:

- Caracterizar o perfil dos participantes recolhidos na Unidade Prisional de Guanhães, em Minas Gerais.
- Investigar, através dos relatos dos participantes, o acesso à educação antes do conflito com a lei;
- Verificar a perspectiva de futuro dos envolvidos por terem participado do ENCCEJA PPL;

Justificativa: *Este trabalho visa investigar a satisfação trazida a pessoa privada de liberdade ao submeter-se ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos Privados de Liberdade - ENCCEJA PPL, sendo este um exame gratuito e voluntário, servindo para conceder certificados de conclusão para o Ensino Fundamental e, bem como certificados de conclusão para o Ensino Médio. Considerando o exame para pessoas privadas de liberdade, a pesquisa visa partir deste experimento a uma reflexão da mudança que ocorrem nos custodiados envolvidos. Por isso a presente pesquisa se propõe a avaliar, tanto quanto possível, a inserção da educação às pessoas*

presas, integrando-as ao sistema educacional do país, de modo que, após sua soltura, possam continuar sua educação, permitindo assim, uma maior probabilidade de reinserção social e uma maior possibilidade para reintegrarem-se ao mercado de trabalho.

Procedimentos do estudo:

3. Desconfortos e riscos. Você não deverá participar desta pesquisa se tiver menos de 18 anos de idade. Conforme as resoluções Nº 466/12 e Nº 510/16. Esta pesquisa apresenta risco mínimo, um possível risco seria o constrangimento do participante no momento da realização da pesquisa, mas não será avaliado a conduta deles, pois será propiciado um ambiente que reduza constrangimentos.

A obtenção do material da pesquisa se consolidará através das observações e análises do contexto dinâmico que envolve a unidade prisional de Guanhães, pessoas privadas de liberdade e a participação nos exames nacional de certificação de competências para jovens e adultos - ENCCEJA através da captura da fala dos sujeitos da pesquisa através das entrevistas.

Forma de acompanhamento e assistência:

Você será acompanhado pelo pesquisador durante todo o período da pesquisa, e será assistido pelo mesmo, antes, durante e depois da pesquisa.

Riscos e benefícios:

Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, constrangimento em responder alguma pergunta invasão de privacidade, desconforto em responder a questões sensíveis como atos ilegais ou violência ou outros riscos não previsíveis. Caso você se sinta constrangido em responder alguma pergunta, você não precisará responder. Sua participação poderá ajudar a nortear de forma mais saudável a inserção educacional das pessoas privadas de liberdade. A proposta é que os resultados do presente estudo colaborem não apenas com a instituição pesquisada, mas que os resultados sirvam de conhecimento teórico ao desenvolvimento de ações em outras unidades prisionais.

Providências e Cautelas

Serão tomadas providências e cautelas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar algum dano, como garantir local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras, estar atento a sinais de desconforto do participante, garantir que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo:

Sua participação é voluntária. Portanto, você não é obrigado a participar. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Confidencialidade:

Os dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e o material e as suas informações (fitas, entrevistas etc.) ficarão guardados sob a responsabilidade dos mesmos.

Os resultados deste trabalho poderão ser utilizados apenas academicamente em encontros, aulas, livros ou revistas científicas.

Eu, _____ RG _____,
após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Guanhães, ____ de _____ de _____.

Participante

Orientador(a)

Pesquisador(a)

Se persistir alguma dúvida, entre em contato com a pesquisadora:

Nome: Aline Paula e Silva

Núcleo Psicossocial da Unidade Prisional de Guanhães, através do FALE COMIGO.

Anexo C – Questionário da Pesquisa

Questionário

Prezado Participante;

As questões que você irá responder fazem parte de um trabalho de pesquisa sobre sua satisfação enquanto participante do exame nacional de certificação de competências para jovens e adultos- pessoas privadas de liberdade (ENCCEJA PPL) do Presídio de Guanhães, para que a partir dessa investigação, as informações integrarão as discussões de minha dissertação do Mestrado em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Desde já, agradeço pela contribuição com a pesquisa.

1. Qual a sua idade? _____

2. Qual você considera que seja sua cor de pele? _____

3. Sobre seu estado civil, você é:

- Solteiro Casado Amasiado Em União Estável
 Viúvo Outros

4. Antes de vir preso, com quem você residia?

companheira/companheiro pais amigos Outros _____

5. Quantas pessoas residem na sua casa? _____

6. Porque você abandonou a escola?

7. Você gostaria de não ter abandonado a escola? Por quê?

8. Até qual série/ano da escola você estudou? _____

9. Você está satisfeito em participar do ENCCEJA PPL? Por quê?

10. Você já participou do Projeto VENCEMOS JUNTOS que era desenvolvido antes da pandemia no Presídio de Guanhães?

11. Como você se sentia em participar do projeto VENCEMOS JUNTOS, que servia para orientação em grupo sobre a prova?

12. Você está satisfeito com a oferta para educação oferecida a você durante o cumprimento da pena? Por quê?

13. Para você, existe alguma atividade na unidade prisional que te deixe satisfeito? Qual?

14. Como você se sente quando desempenha essa atividade?

15. Para a sua vida futura, o que representa ser aprovado no ENCCEJA PPL?

16. Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

Agradecemos a sua participação.